



Celesc
Geração

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2022**

Foto:
Luiz Brasil
Olhar Comunicação

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

CELESC GERAÇÃO S.A. – CELESC G

**Subsidiária Integral das
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc**

**CNPJ: 08.336.804/0001-78
NIRE: 42.3.0003076-4
Inscrição Estadual: 255.267.177**

www.celesc.com.br

**Avenida Itamarati, 160 – Itacorubi – Florianópolis – SC
CEP 88.034-900**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	5
APRESENTAÇÃO	5
1. GRUPO CELESC	5
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	13
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	19
5. ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE.....	26
6. AUDITORES INDEPENDENTES.....	35
7. AGRADECIMENTOS	35
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO	36
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO.....	37
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	38
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	39
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	40
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	41
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	42
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	43
2. PERFIL EMPRESARIAL	43
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	45
4. POLÍTICAS CONTÁBEIS	46
5. GESTÃO DE RISCO.....	52
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	55
7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	55
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	56
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	56
10. TRIBUTOS A RECUPERAR.....	57
11. DIVIDENDOS E JCP A RECEBER.....	57
12. ATIVO FINANCEIRO – BONIFICAÇÃO DE OUTORGA	57
13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO	58
14. PARTES RELACIONADAS	59
15. INVESTIMENTOS.....	60
16. IMOBILIZADO	61
17. INTANGÍVEL.....	63
18. FORNECEDORES	63
19. DEBÊNTURES	64
20. TRIBUTOS.....	65
21. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL	66
22. TAXAS REGULAMENTARES	67
23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	68
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
25. SEGUROS	70
26. RECEITAS	70
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	71
28. RESULTADO FINANCEIRO	72
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	72
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	73
PARECER DO CONSELHO FISCAL	74
RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE.....	75
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	75
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	78
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	79

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo após severa crise hídrica, que assolou o país e que desenhou um cenário desafiador ao negócio de geração de energia, ao longo do ano de 2022, com a situação hidrológica se tornando mais favorável, a Celesc G venceu desafios e deu importantes passos na construção de um futuro em que reafirma sua vocação e compromisso de produzir e fornecer energia elétrica de qualidade para o desenvolvimento de Santa Catarina.

No que se refere aos resultados, em 2022, o Grupo Celesc aplicou R\$1,33 bilhão para expansão e melhoria do sistema elétrico catarinense, eficiência operacional e modernização da gestão, resultando num incremento total de 70,56% em relação ao volume registrado em 2021, que foi de R\$777,1 milhões. Desse total, R\$32,5 milhões foram aplicados pela Celesc G, subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc).

Entre os investimentos em Geração, Transmissão e Novos Negócios, foram investidos cerca de R\$14,0 milhões na modernização e ampliação do parque gerador da Celesc G e aportados R\$19 milhões nas sociedades em que a Empresa tem participação.

Ainda em 2022, foi realizada a entrega técnica da primeira Usina Solar Fotovoltaica do parque gerador da Celesc G, a Usina Solar Lages I. O empreendimento tem capacidade instalada de 1.000 kW (quilowatt) e investimento aproximado de R\$4,6 milhões. No modelo de negócio adotado, a Empresa fica responsável pela manutenção e operação da usina, enquanto o cliente que a aluga recebe os créditos pela energia gerada, conforme o sistema de compensação de energia previsto pela Resolução nº 1.059/2023 da ANEEL.

A Celesc G já trabalha em novas plantas solares e prevê entregar, em 2023, outras seis usinas solares fotovoltaicas em diferentes regiões de Santa Catarina, com potência instalada total de 11.000 kW.

Já no segmento hídrico, um grande destaque para 2023 serão as obras de reativação da centenária Usina Maruim, a segunda mais antiga do estado e patrimônio histórico catarinense, localizada em São José, um projeto da ordem de R\$9,0 milhões. A usina, inaugurada em 1910, foi construída para atender a iluminação das ruas e dos principais prédios públicos da capital, além das cidades de São José e Biguaçu. Com a conclusão da obra, a unidade voltará a gerar energia elétrica 52 anos após o encerramento de suas atividades, em 1972.

Outro aspecto relevante à Celesc G foi a geração da maior produção de energia elétrica, em um mês, na história da Empresa. Registrada em junho de 2022, correspondeu a 64,22 GWh, ou seja, 27,12% a mais que a Garantia Física (70,15 MW até então) e 5,42% maior que o recorde anterior, registrado em março de 2016. No mesmo mês, a Celesc G também alcançou recorde de maior potência gerada instantânea, de 108 MW.

Dando continuidade ao Plano Diretor da Celesc G e ciente das mudanças previstas no mercado energético brasileiro, já com vistas a fortalecer a atuação da Empresa na Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente do Mercado Livre (ACL), a área ganhou mais robustez, em 2022, tanto na formação de equipes focadas neste nicho de negócio, quanto na criação de um site dedicado exclusivamente à comercialização de energia no Mercado Livre e na Geração Distribuída, além da realização de uma campanha publicitária de amplo alcance destinada à sua divulgação.

Para o ano de 2023, também serão incorporados às soluções em energia os I-RECs, certificados internacionais de energia renovável, comprovando que toda energia gerada pela Celesc G é proveniente de fonte de energia renovável.

A dupla conquista do prêmio concedido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE) pela melhor divulgação das demonstrações contábeis no ano de 2021, também merece destaque. A Celesc G foi a campeã na categoria de médio porte e a Centrais Elétricas de Santa Catarina recebeu o 2º lugar como Holding. O prêmio enaltece a evolução contínua das demonstrações contábeis do Grupo Celesc, que vêm sendo reconhecidas por sua transparência, aderência às normas contábeis e pela abordagem de questões ambientais, sociais e de governança corporativa, destacando-se entre as principais Empresas do setor de energia.

A fim de promover uma maior integração entre a Celesc G e a comunidade, em 2022, foram realizadas duas edições do Celesc Portas Abertas: uma na Usina Piraí, em Joinville, e outra na Usina Bracinho, em Schroeder. Nesse evento, as portas das usinas são abertas para que as pessoas possam aproveitar um dia inteiro com diversas atrações e ações programadas, como visita guiada às instalações, atividades culturais, ecoturismo, saúde e gastronomia. Estes eventos contam com a parceria das prefeituras municipais, com Empresas culturais e/ou desportivas, além de produtores do entorno que têm a possibilidade de expor e comercializar seus produtos. T tamanha relevância dessa ação, outras edições do evento estão agendadas para ocorrer já no início de 2023.

Com foco na eficiência de processos e do uso de recursos, a Celesc segue com seu papel consolidado como uma das engrenagens que fomentam o crescimento da economia de Santa Catarina, alinhada à vanguarda do setor elétrico brasileiro, inclusive no mercado de geração de energia e de novos negócios. Desta forma, agradecemos o envolvimento de todos os que empenham sua dedicação à modernização da Empresa, sem esquecer sua valorosa história, à promoção de mais qualidade de vida em Santa Catarina e de resultados positivos aos acionistas, que confiam nas diretrizes adotadas.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, da Manifestação do Conselho de Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este relatório está à disposição para acesso público no *website* da Celesc, sendo ainda publicado em mídia impressa em jornal de grande circulação no Município onde está localizada a sede da Empresa, de acordo com a legislação brasileira.

Ainda com vistas à homogeneidade da comunicação com os seus diversos públicos, a Empresa divulga anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, desenvolvido conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI, disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: <https://ri.celesc.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>.

A Empresa publicou em 2022, o seu primeiro Relatório ESG, disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: <https://ri.celesc.com.br/relatorio-esg/>.

1. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma das maiores Empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. – Celesc G e a Celesc Distribuição S.A. – Celesc D.

Além disso, a Celesc detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das Empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan e do Projeto da Usina Elétrica Cubatão.

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

dezembro/2022

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,97% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,09% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	13,67% PN	17,98% PN	15,34% PN	24,28% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	9,36% T	10,75% T	9,16% T	16,56% T

FREE FLOAT
75%



O = Ordinárias
P = Preferenciais
T = Total

100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	12,0% O 11,9% P 12,0% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
	26,0% Cia Energética Rio das Flores			100,0% ETSE	
	32,5% Rondinha Energética				
	40,0% Xavantina Energética				
	49,0% Garça Branca				
	10,0% EDP Transmissão Aliança SC				

1.1. Prêmios, Certificações e Reconhecimentos

1.1.1. Prêmio ABRACONEE para Demonstrações Financeiras



Prêmio ABRACONEE

Dupla premiação pelas melhores divulgações das demonstrações contábeis em 2021:
1º lugar para a Celesc Geração na categoria "Empresa de Médio Porte" e
2º lugar para a Celesc Holding na categoria "Holding"

O Prêmio é conferido anualmente pela ABRACONEE às Empresas que se destacam nos quesitos conteúdo, correção gramatical, apresentação gráfica, elaboração das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, Balanço Social e Notas Explicativas.

As dimensões dos indicadores foram elaboradas considerando a abrangência das demonstrações contábeis e informações financeiras gerais, além de informações relacionadas às atividades operacionais; aos investimentos na operação; aos riscos e estrutura de capital; e aos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança – ESG.

1.1.2. Prêmio 500 Maiores do Sul



Prêmio 500 Maiores do Sul

A Celesc conquistou a 6ª posição entre as 100 maiores empresas de Santa Catarina e o 20º lugar entre as 500 maiores empresas do Sul do Brasil

A premiação é realizada há 32 anos pelo Grupo Amanhã com o apoio técnico da PricewaterhouseCoopers - PwC.

1.2. Destaques do Ano

1.2.1. Distribuição de Juros sob Capital Próprio

Em reunião realizada em 15 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Empresa, aprovou a destinação de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$45,6 milhões.

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária e foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, cujo pagamento acontecerá em data a ser deliberada na AGO que aprovará o destinação do resultado.

1.2.2. Entrada em Operação Comercial – Transmissão Aliança SC (Lote 21)

Ainda em 2022, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), autorizou a entrada em operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliança SC, com seis meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL.

O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança SC entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL.

Já em fevereiro de 2022, com seis meses de antecipação frente ao cronograma regulatório, foram concluídas as etapas restantes, correspondentes ao trecho entre litoral e serra catarinense. Com isso, o empreendimento obteve liberação total para operação comercial. Com a entrada em operação, a SPE passa a receber a RAP de R\$208,0 milhões, resultando em uma receita antecipada de R\$143,1 milhões.

A EDP Transmissão Aliança SC, uma parceria entre a EDP e a Celesc G, na proporção de 90% EDP e 10% Celesc G, foi constituída após a 1ª Etapa do Leilão nº 05/2016 e é titular de concessão de transmissão referente às linhas de Transmissão LT 525 kV Siderópolis 2 – Abdon Batista; LT 525 kV Abdon Batista – Campos Novos, LT 230 kV Siderópolis 2 - Siderópolis e LT 230 kV Siderópolis 2- Forquilha, localizadas em Santa Catarina.

1.2.3. Celesc abre as portas da Usina Bracinho e da Usina Pirai para visitaçao do público

Em 2022, a Celesc G abriu as portas da Usina Bracinho, no município de Schroeder, e da Usina Pirai, em Joinville, ambas localizadas no Norte de Santa Catarina, para receber a comunidade. Dentro da programação foram realizadas ações de saúde, bem-estar e conscientização ecológica, além de atividades culturais, ecoturismo e gastronomia. Em Schroeder, a Empresa também realizou o 1º Pedal da Família, em parceria com a Prefeitura Municipal, por meio da Diretoria de Turismo do município, enquanto em Joinville

foram arrecadados alimentos não perecíveis doados à Comunidade Terapêutica Vale da Luz, que trabalha com a reabilitação de dependentes de álcool e drogas da cidade.

A área em que a Usina Bracinho foi construída é de aproximadamente 4.780 hectares e tem grande relevância ambiental, pois se encontra em um dos maiores maciços florestais contínuos de Mata Atlântica do País. Já a Usina Pirai inaugurada oficialmente em fevereiro de 1908, é reconhecida como a mais antiga do Estado de Santa Catarina e, atualmente, também considerada um importante ponto turístico da região. As duas usinas são totalmente controladas a partir do Centro de Operação da Geração da Celesc G, que funciona em Florianópolis, na sede da Empresa.



Usina Pirai



Usina Bracinho

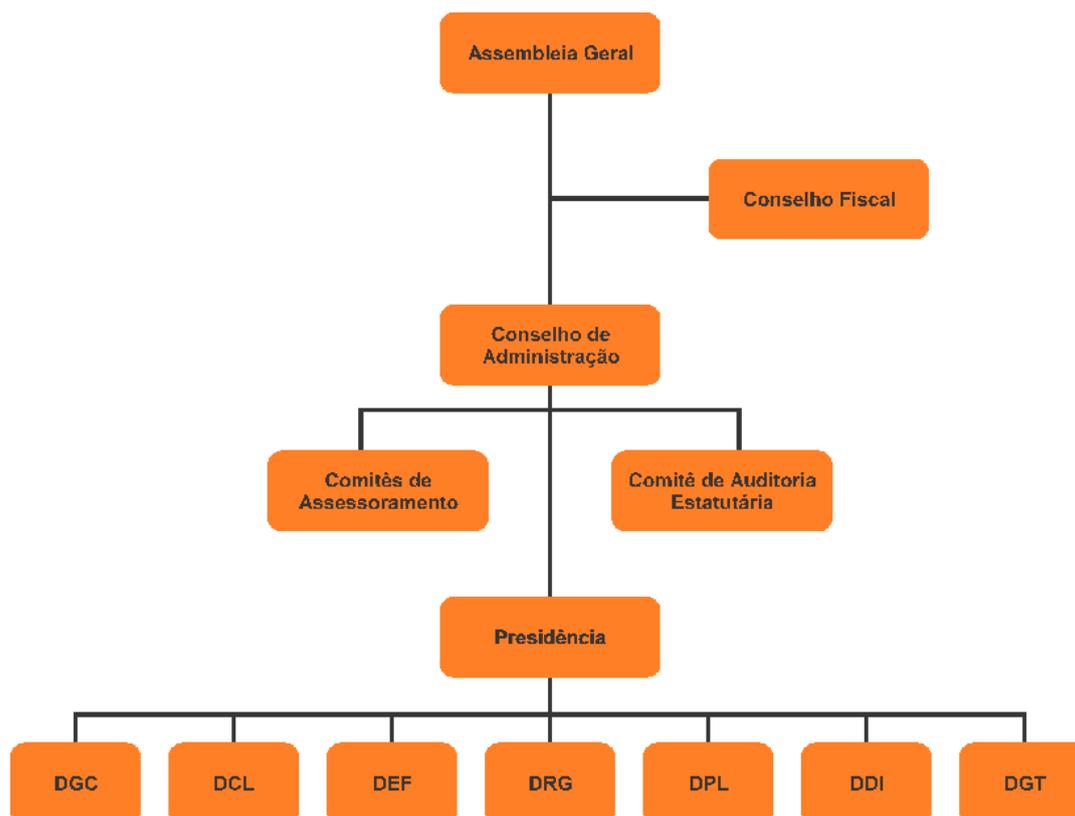


Usina Bracinho

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Celesc Geração S.A., é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1. Organograma da Administração da Celesc G



2.1.1. Assembleia Geral dos Acionistas

Órgão soberano, convocado e instalado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, em vigor. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

2.1.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio, bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 membros, dos quais oito são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de dois anos, sendo 6 representantes do acionista majoritário, 3 representantes dos acionistas minoritários, 1 representante dos acionistas preferencialistas e 1 representante (eleito) pelos empregados.

A seguir, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2022:

Conselho de Administração	
Representante Acionista Majoritário	João Eduardo Noal Berbigier* (Presidente)
Representante Acionista Majoritário	Cleicio Poletto Martins
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.*
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Michelle Silva Wingham*
Representante Acionista Majoritário	Vanessa Evangelista Rothermel
Representante Acionistas Minoritários	Fábio William Loreti*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	Henrique Manuel M. Faria Lima Freire*
Representante Acionistas Preferencialistas	José Valério Medeiros Júnior*
Representante dos Empregados	Paulo Guilherme de Simas Horn

* Conselheiros Independentes.

2.1.3. Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Empresa, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por cinco membros, sendo três representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e um representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas.

A seguir, a formação do CAE em 31 de dezembro de 2022:

Comitê de Auditoria Estatutário	
Representante Acionista Majoritário - Michele Silva Wingham (Coordenadora)	
Representante Acionista Majoritário - Flávio Lopes Perfeito	
Representante Acionista Majoritário - Nivaldo João dos Santos	
Representante Acionistas Minoritários - Carla Renata Baptista	
Representante Acionistas Preferencialistas – Manoel José da Cunha Júnior	

2.1.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes. É formado por cinco membros, sendo três representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e um representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas.

No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2022:

Conselho Fiscal	
Representante do Acionista Majoritário	Vladimir Arthur Fey (Presidente) Suplente: Renan Moresco Pirath
Representante do Acionista Majoritário	Gabriel Arthur Loeff Suplente: Ricardo de Souza
Representante do Acionista Majoritário	Juliano Batalha Chiodelli Suplente: Marcelo José Garcia Costa Filho
Representante dos Acionistas Minoritários	Renan Silva Sobral Suplente: Oswaldo Noce Dalla Torre
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Paulo Caio Ferraz de Sampaio Suplente:

2.1.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Empresa é formada por sete diretorias, sendo os diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria Comercial, Diretoria de Regulação e Gestão de Energia, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios e Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance*.

Diretoria Executiva	
Diretor Presidente	Cleicio Poletto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Marcos Antonio Pacheco
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	José Carlos Ferreira Júnior
Diretor Comercial	Vitor Lopes Guimarães
Diretor de Regulação e Gestão de Energia	Fabio Valentim da Silva
Diretor de Gestão Corporativa	Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance	Pilar Sabino da Silva

2.1.6. Contabilidade

A supervisão e a responsabilidade técnica são da Gerente do Departamento de Contabilidade – DPCO, Sra. Rogéria Rodrigues Machado, CRC/SC – 024.797/O-0.

2.2. Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

As premissas estratégicas do Grupo Celesc fazem parte de seu Plano Diretor, um plano amplo e de longo prazo, denominado atualmente de Celesc 2025-2035. O Plano Diretor foi reestruturado em 2019 (com base no então denominado Celesc 2030) a partir de exaustivos estudos de cenários, das ambições dos *stakeholders* e das diretrizes legais vinculadas à gestão estratégica, com o objetivo de indicar o caminho a ser seguido pela Empresa para a sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. De lá para cá, o Plano passou por três revisões anuais, considerando a visão dos envolvidos, assim como aspectos do ambiente interno e externo.

Em 2020, o Plano foi revisitado para avaliação dos impactos e ajustes necessários frente, especialmente, à crise sanitária da COVID-19 e, em 2021, foi novamente revisitado com destaque para as questões da crise hídrica.

Já em 2022, a revisão se pautou pelo contexto do setor elétrico brasileiro, passando pela liberalização do mercado, as consequências do Projeto de Lei nº 414/2021, que aborda o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre e o crescimento da geração distribuída e de fontes intermitentes de energia.

O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento, Objetivos Estratégicos e as macro metas até 2027 e horizonte até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5 anos, que também contempla o detalhamento de Iniciativas Estratégicas em Projetos.

A Identidade Corporativa, no último processo de revisão, foi mantida em relação aos valores e princípios da Empresa, dada sua relevância e aderência para todos.



O mapa estratégico 2023-2027, que define os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a Empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, foi também revisitado, com ajustes pontuais, conforme demonstrado a seguir:



Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, são direcionadas as Iniciativas Estratégicas para os próximos 5 anos, conforme relacionadas: (i) Recuperação de Receitas e Gestão de Provisões; (ii) Gestão de Investimentos; (iii) Automação e Transformação Digital; (iv) Investimento Seletivo em Novos Negócios; (v) Gestão por Processos e Metas; (vi) Equilíbrio Atuarial; e inclusão da Iniciativa (vii) Adaptação Estratégica.

A partir das iniciativas estratégicas vigentes em 2022, no Plano Diretor da Empresa, foram conduzidos 15 Projetos Estratégicos no decorrer do ano, relacionados a recuperação de receitas e gestão de provisões, gestão de investimentos, automação e transformação digital, investimento seletivo em novos negócios, gestão por processos e equilíbrio atuarial.

Dentre as realizações dos projetos estratégicos no período, destacam-se a modernização do atendimento comercial com o propósito de aprimorar a experiência do cliente, a implantação de tecnologias direcionadas ao conceito de redes inteligentes, a expansão da estratégia de diversificação dos negócios, os avanços na consolidação de uma cultura de segurança, além da adoção de metodologias e estruturas ágeis no âmbito da gestão por processos, visando a eficiência das operações e a redução do índice de acidentes na Empresa.

2.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Celesc G conta com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha de Defesa conforme o modelo das Três Linhas do Global Institute Of Internal Auditors (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

A Celesc G possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a Administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Empresa, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

- O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Empresa e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais).
- Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a Empresa possui desde 2018, também em atendimento a Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, constando entre suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos da Celesc e suas subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.
- Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.

A Empresa conta com uma Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL, que tem entre suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controle interno, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc. Dentro da estrutura hierárquica desta Diretoria, há o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno, que coordena os trabalhos de gestão de riscos e controle interno, aplicando metodologias específicas usadas mundialmente. Entre as principais ações realizadas em 2022, destacam-se: a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos, a revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes, além dos testes de efetividade destes controles internos. Todos estes trabalhos, são devidamente reportados à Diretoria Executiva e ao CAE.

2.4. Compliance

A exemplo dos anos anteriores, em 2022 a Diretoria Executiva reforçou, o apoio da alta administração ao Programa de Compliance por meio da assinatura da Carta Compromisso, assumindo a missão de patrocinar as ações e práticas de Compliance e contribuindo para uma gestão transparente e legítima.

Novos treinamentos a respeito do Código de Conduta Ética e do Programa de Compliance também foram desenvolvidos e disponibilizados ao público interno em plataforma EAD, contemplando o quadro de empregados, diretores e conselheiros por meio de trilhas de aprendizagem.

As trilhas de capacitação foram planejadas para promover a ideia de que a integridade ultrapassa o cumprimento de deveres e obrigações, mas constitui-se em princípio que deve ser perseguido por todos na Empresa. Também, deu-se continuidade à divulgação

das iniciativas de Compliance aos fornecedores da Empresa a partir do curso “Treinamento de Compliance para Fornecedores Celesc”.

Assim como os treinamentos supramencionados, a comunicação exerceu papel fundamental na efetivação de uma cultura de integridade. Diversas peças foram divulgadas mensalmente nos meios internos e externos de comunicação para abordar temáticas relacionadas ao Programa de Compliance da Empresa.

Somadas às iniciativas citadas e com o intuito de fortalecer o conjunto de diretrizes internas, normativas de integridade foram criadas e outras revisadas. A revisão buscou atualizar os conceitos e procedimentos conforme o novo Regulamento de Licitações e Contratos da Celesc e as diversas mudanças legislativas neste tópico.

Por fim, a gestão de riscos de integridade foi outra importante iniciativa que teve continuidade na condução do Programa de Compliance da Celesc. O acompanhamento de planos de ação envolve diversas áreas e gestores da Empresa na missão de consolidar uma cultura de integridade. O processo de gestão de riscos de integridade consta da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Celesc (<http://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/>).

Para conhecer mais sobre o Programa de Compliance da Empresa, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (Disponível em: <http://ri.celesc.com.br/>).

2.5. Proteção de Dados Pessoais

Alinhada aos valores e princípios de ética na conduta com pessoas e processos, a Celesc reforça o compromisso com o respeito à privacidade e à proteção dos dados pessoais de seus clientes em conformidade com a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Como parte desse processo de conformidade, realizaram-se ações de aprimoramento do Programa de Privacidade e evolução nos processos de privacidade estabelecidos, o que contribuiu para o aumento da maturidade em processos com tratamento de dados pessoais.

O ano também representou avanços no eixo de treinamento, com a criação do curso sobre LGPD em formato lúdico e de fácil compreensão, disponibilizado em ferramenta EAD aos empregados e administradores da Celesc.

Para saber mais, consulte nossa Política de Privacidade (Disponível em: <https://www.celesc.com.br/politica-de-privacidade-celesc>).

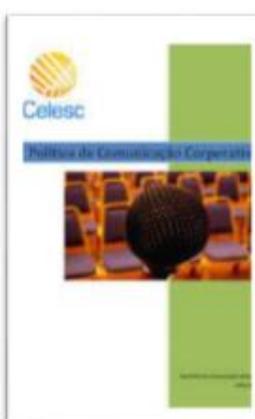
2.6. Programas, Políticas e Código de Conduta Ética

Política de Responsabilidade Socioambiental
Clareza pela melhoria contínua de nossas atividades empresariais, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.



Política Anticorrupção
Tem o objetivo de registrar e comunicar a todos envolvidos direta ou indiretamente com a Celesc que a Empresa atua de maneira legal, ética, transparente e profissional, além de se constituir em ferramenta de prevenção e orientação.

Política de Compliance
Busca estabelecer diretrizes e responsabilidades que devem nortear a atuação das instâncias envolvidas na condução do Programa de Compliance da Celesc, em observância à legislação aplicável, às boas práticas de mercado e às normativas internas da Companhia.



Política de Comunicação Celesc
Política de Comunicação Celesc Descreve as premissas a serem praticadas por todas as diretorias, assistências, gerências e profissionais das áreas de comunicação. Descreve os objetivos, valores, diretrizes, públicos e processos da comunicação.



Política de Segurança e Saúde do Trabalho

Sua elaboração está fundamentada no compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de segurança às estratégias empresariais.

Código de Ética
Fundamentado nos princípios de governança corporativa, transparência da informação e blindagem anticorrupção, também garante uma atuação coerente com os princípios da sustentabilidade.



Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações – Tem como finalidade estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações, assim como a política de negociação de valores mobiliários de emissão da Empresa.

Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos – Aponta quais diretrizes devem ser observadas para a execução da gestão de riscos e controles internos e define as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva.

Política de Relacionamento com Fornecedores – Tem por objetivo repassar aos parceiros comerciais as regras de conduta adotadas pela Celesc, recomendando que seus fornecedores estendam esses critérios para as Empresas por eles contratadas, buscando assim a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Política de Relacionamento Comercial – Na relação com seus clientes e consumidores, a Celesc se compromete a obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade administrativa e atender as diretrizes estabelecidas em seu Código de Conduta Ética.

Política de Diversidade e Inclusão – Apresenta diretrizes para conduzir e eliminar preconceitos dentro do ambiente da Empresa e na sua relação com o mercado e *stakeholders*. Visa promover o respeito às diferenças e a disseminação da cultura de diversidade, atuando como indutora do desenvolvimento para a construção de uma sociedade mais justa.

Política Estratégica da Inovação – Tem como finalidade o fomento à cultura da inovação da Empresa, trazendo os objetivos, princípios, diretrizes e atribuições de responsabilidades para tornar a Celesc uma Empresa inovadora.

Outras políticas – Porta-vozes; Distribuição de Dividendos; Transações com Partes Relacionadas e Indicação de Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Celesc.

Programa de Compliance – Criado especialmente para garantir que todos os atos e decisões sejam tomados de forma ética e segura. Busca ser instrumento de apoio na gestão e auxílio na tomada de decisões com maior segurança, visando afastar conflitos de interesses e ameaças à integridade da Empresa.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.2.1. Cenário Hidrológico

Em 2022, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva. No somatório dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, investimento e da distribuidora (saída da energia para o sistema interligado), a Celesc G fechou o ano de 2022, com estabilidade na disponibilidade em relação a 2021 (95,35% ante 95,34%), possibilitando maior produção de energia.

Além de manter a alta disponibilidade das máquinas, o resultado da geração do ano foi superior a 2021, por conta da melhoria nas condições hidrológicas no Estado de Santa Catarina, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água por menos tempo do que no ano de 2021 (12,15% frente a 27,02% de 2021).

Desempenho Operacional	2022	2021		Variação
Indisponibilidade Manutenção:	4,65%	4,66%	↓	-0,2%
Indisponibilidade Investimento:	16,03%	7,87%	↑	103,7%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,66%	0,66%		0,0%
Indisponibilidade Hídrica:	12,15%	27,02%	↓	-55,0%

O resultado dos indicadores são valores médios que foram ponderados pela Potência total do Parque Gerador e que a restrição hídrica ou indisponibilidade por manutenção momentânea em determinada usina não necessariamente se aplica a todo o Parque Gerador naquele instante.

O fator de capacidade global em 2022 representou uma variação de 21,26% acimado verificado de 2021.

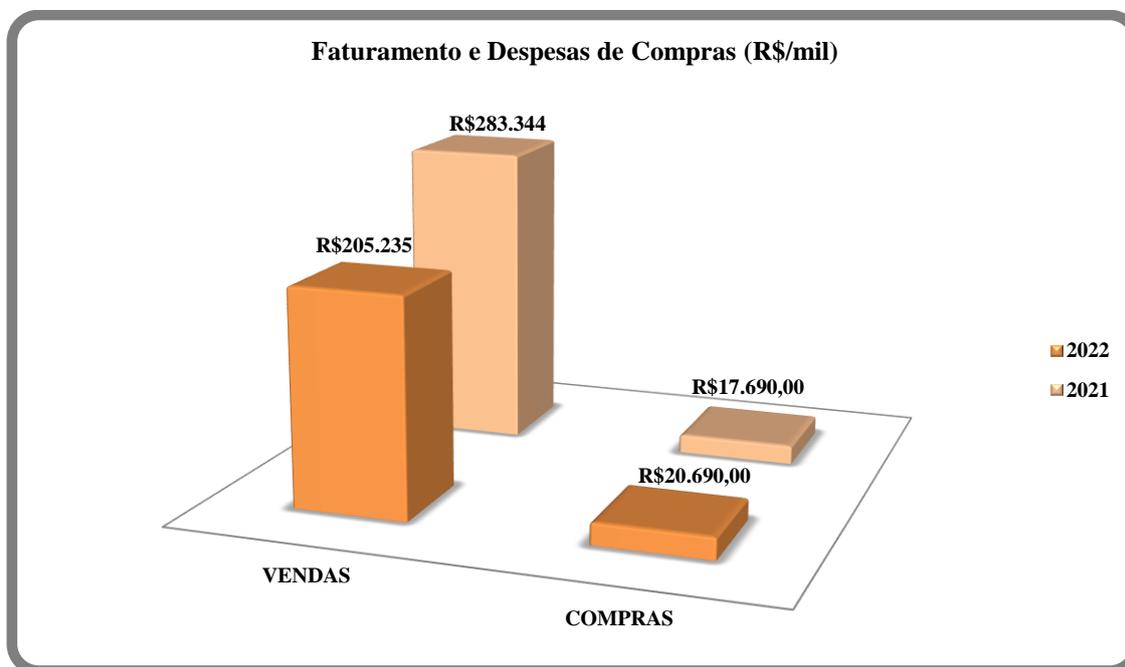
Produção de Energia do Parque Gerador			
Desempenho Operacional (GWh)	Acumulado 12 meses		
	2022	2021	Variação (%)
Usinas	573,08	452,36	26,69%
UHE Palmeiras	144,24	91,24	58,09%
UHE Bracinho	69,09	66,87	3,32%
UHE Garcia	59,27	61,03	-2,88%
UHE Cedros	61,57	51,63	19,25%
UHE Salto Weissbach	34,92	36,43	-4,14%
UHE Pery	126,32	89,84	40,61%
PCH Celso Ramos	50,91	25,79	97,40%
CGH Caveiras	10,59	19,23	-44,93%
CGH Ivo Silveira	5,23	1,95	168,21%
CGH Piraí	2,9	3,62	-19,89%
CGH Rio do Peixe	3,51	3,09	13,59%
CGH São Lourenço	2,4	1,64	46,34%
Fator de Capacidade Global	56,76%	46,81%	21,26%

3.2.2. Comercialização de Energia

Em 2022, a Celesc G registrou faturamento global de R\$205,2 milhões, montante 27,6% inferior ao ano de 2021, que registrou R\$283,3 milhões de faturamento. Boa parte dessa redução é decorrente da indenização dos ativos da PCH Pery, que foi incluída na tarifa em julho de 2021 (acumulado de 2017 a 2021), porém, no exercício de 2022, a receita dessa indenização contemplou apenas o próprio exercício.

Em 2022, foram gastos R\$20,7 milhões na compra de energia elétrica adquirida de terceiros, aumento de 17% em relação a 2021. Tal aumento pode ser creditado ao maior volume de energia adquirido, que saltou de 151,8 Gwh em 2021, para 153,2 Gwh em 2022.

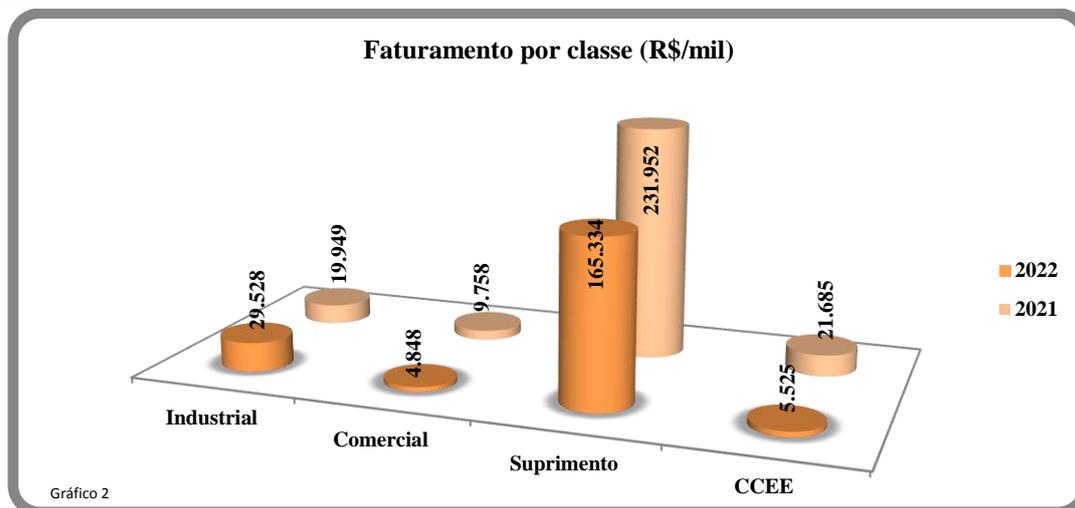
O faturamento total e as despesas com compra de energia em 2022 e em 2021 apresentaram o seguinte desempenho:



O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$5,2 milhões em 2022 contra R\$13,0 milhões em 2021.

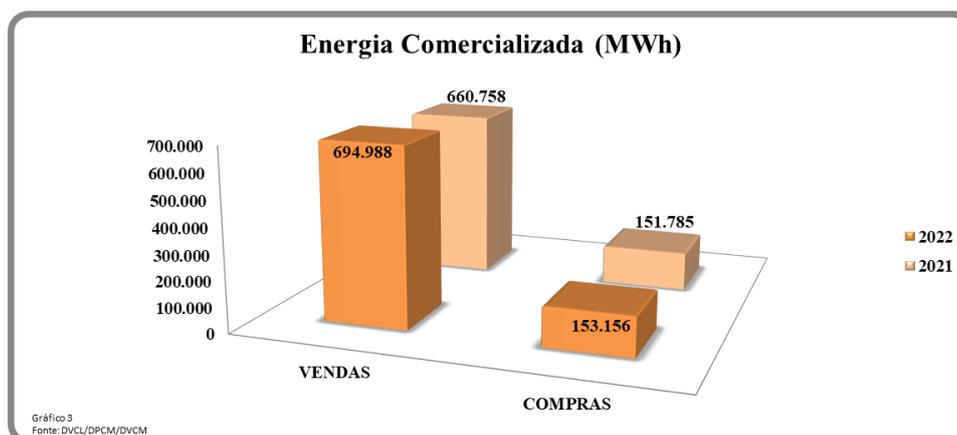
O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$1,69 milhões contra R\$18,6 milhões em 2021, incluído o valor de R\$9,6 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referente ao GSF.

O Faturamento por classes em 2022 e 2021 apresentou o seguinte desempenho:

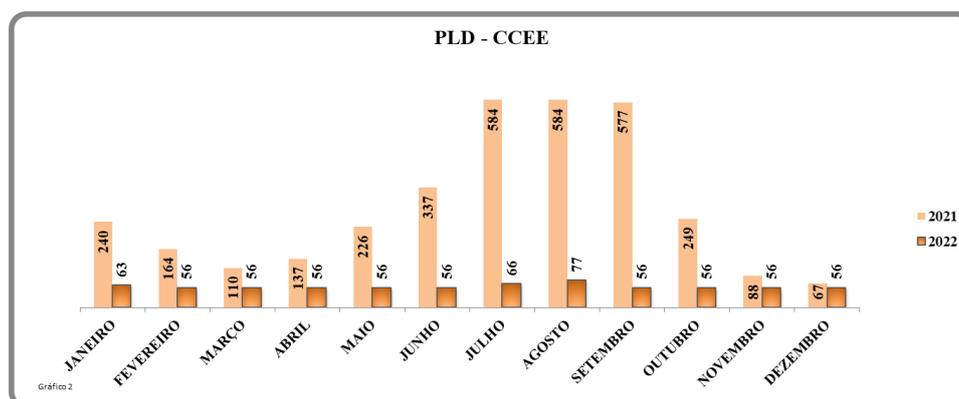


A energia elétrica comercializada em 2022 chegou ao montante de 694.988 MWh, superior em 5,18%, quando comparado ao montante de 660.758 MWh comercializado em 2021.

O montante total de energia comprada, em 2022, chegou a 153.156 MWh, inferior à quantidade adquirida em 2021, que foi de 151.785 MWh.



O PLD médio anual (R\$58,99/MWh) teve grande redução em 2022 em relação ao ano anterior (R\$280,37/MWh). Dentre as causas, pode-se citar a hidrologia mais favorável dos últimos anos, combinada com um crescimento da carga inferior ao previsto.



3.3. Inovação

No primeiro ciclo do PRICE, foram recebidas 207 ideias de colaboradores, sendo que, em 2021, foi realizado o processo de análise destas, as quais passaram por dois estágios de avaliação. Depois desse estágio de avaliação, as ideias foram sendo colocadas em prática, sendo que, das 23 ideias selecionadas para implementação, três foram concluídas, cinco estão em fase de implantação e as outras 16 estão em fase de aprovação.

No ano de 2022, entendendo a importância do tema, a Diretoria Executiva deliberou a criação de uma estrutura organizacional para tratar de inovação, com profissionais dedicados em tempo integral, sendo responsável, dentre outras atividades, por implementar as ideias PRICE.

Desta forma, o Comitê Gestor da Inovação – CGI e a nova estrutura atuaram em conjunto, em 2022, na missão de continuar a fomentar a cultura interna e construir uma Celesc cada vez mais inovadora. Neste sentido, promoveram o lançamento do “Semeando Inovações”, que é um programa que visa divulgar e reconhecer iniciativas capazes de impactar positivamente a Empresa.

Além disso, visando promover a Inovação Aberta, a Empresa contratou o programa LinkLab da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE). O propósito dessa contratação é possibilitar a interação de *startups* com grandes Empresas, além de gerar o convívio com o setor de tecnologia por meio do desenvolvimento de projetos, desafios tecnológicos, cursos, eventos, entre outros.

Mantendo o sentido de conexão com o ecossistema de inovação, foi efetivada ainda a filiação com a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), uma Empresa sem fins lucrativos que estimula a inovação no Brasil e no exterior, sobretudo por meio da educação, da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. A ANPEI possui 200 Empresas associadas e mais de 20 mil contatos, o que certamente promoverá e contribuirá para promover a integração da Celesc ao ecossistema de inovação em nível nacional.

Também, pela primeira vez na Celesc e visando um melhor acompanhamento e assertividade, bem como para continuar a fomentar a prática e o entendimento da inovação, foram incluídos indicadores de inovação no Contrato de Gestão de 2023. Essa atividade certamente contribuirá para a disseminação da cultura de inovação na Celesc.

Entre os dias 21 e 25 de novembro de 2022, ocorreu a primeira Semana da Inovação da Celesc. Outra grande novidade do segundo semestre de 2022 foi o lançamento do Portal da Inovação, em agosto. A página funciona como um observatório, concentrando notícias, eventos, projetos e informações do ecossistema de inovação interno e externo e no âmbito nacional e internacional.

3.3.1. Certificação

O Sistema de Gestão Integrado (SGI) composto pela integração entre os sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiental (ISO 14001) e segurança e saúde no trabalho (ISO 45001), abrange as atividades de operação e manutenção da Usina Garcia, no município de Angelina/SC, e também do Centro de Operação da Geração – COG, em Florianópolis/SC.

Ao longo do projeto, foram levantados os requisitos e as adequações necessárias ao SGI, bem como as melhorias e os processos de documentação. A conclusão do processo de auditoria a fim de obter a certificação do SGI para a Usina Garcia e COG deverá ocorrer em 2023, para então avançar às demais usinas do parque gerador próprio.

3.4. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

a) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia – MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

No âmbito da repactuação do risco hidrológico, promulgada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, a UHE Pery recebeu extensão de sete anos de concessão ao prazo vigente.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração dos investimentos em bens reversíveis não amortizados, não depreciados e não indenizados, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Em síntese, a Celesc G vinha recebendo o valor do GAG Melhorias de forma integral e, em contrapartida, não estava recebendo o valor da indenização a que faria jus em decorrência da ampliação da capacidade instalada da usina de 4,4MW para 30MW, ocorrida em 2013. Por conta disso, em 2018, a Celesc G interpôs recurso administrativo.

Em 2021, após diversas tratativas, a ANEEL decidiu instaurar a Consulta Pública nº 21/2021 para o período de 29 de abril a 14 de junho de 2021, com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de aplicação do Submódulo 12.1 do PRORET para pagamento do GAG Melhorias relativo à UHE Pery.

A Celesc G apresentou sua contribuição acerca dos entendimentos quanto aos valores de indenização da ampliação da capacidade instalada e da receita adicional de melhorias, cujos pleitos foram em grande parte atendidos pela ANEEL.

Na Consulta Pública, houve a consideração da indenização de forma distinta do GAG Melhorias e a mudança do WACC provisório de 10,85% a.a. para o WACC definitivo, homologado pela Resolução Normativa nº 882/2020, em 11,68% a.a., conforme pleito realizado pela Celesc G.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou os resultados da Consulta Pública nº 21/2021. No documento, a Celesc G passa a receber uma indenização com fator de anualização de 0,1217615, a ser utilizado no cálculo da parcela anual referente à indenização de que trata a Portaria MME nº 257/2017 para incorporação na RAG da UHE Pery.

Para o GAG Melhorias, foi considerado o investimento regulatório no valor de R\$19,1 milhões, com índice de preços de julho de 2017, e fator de anualização de 0,0498641, a serem utilizados em seu cálculo para incorporação na RAG da UHE Pery.

Sendo assim, no processo tarifário de 2021, o valor da indenização foi incluído na RAG (ciclo 2021/2022) de forma retroativa, sendo assim distribuídos: Receita Anual de Geração (RAG) de indenização 2021/2022 – R\$53,9 milhões (R\$37,1 milhões de Indenização e GAG atualizados até julho de 2021 e R\$16,6 milhões do Ciclo Tarifário).

Conforme a Nota Técnica nº 55/2021, de 28 de junho de 2021, emitida pela ANEEL, o valor da indenização e as taxas de depreciação acumulada das Unidades Geradoras – UG da UHE Pery estão resumidas na tabela abaixo:

UG	Valor a Indenizar (R\$ Mil)	VNR sem JDC* (R\$ Mil)	Não Depreciado	Depreciação Acumulada	Valor a Indenizar (R\$ Mil) Data-base: jul.2017
UG01-03(**)	2.880,03	30.816,65	9,35%	90,65%	2.893,28
UG04-05	111.091,41	125.599,11	88,45%	11,55%	111.602,44
Total	113.971,44	156.415,76	72,86%	27,14%	114.495,72

* Juros durante a construção.

** Não consta a UG-02 cujos ativos estão totalmente depreciados e amortizados, considerando sua entrada em operação em julho de 1965, conforme Ofício nº 331/2017, de 16 de junho de 2017, da ANEEL.

Os valores mencionados são líquidos de encargos setoriais e PIS/COFINS.

O valor da indenização para o ciclo 2022/2023, por meio da RAG, é R\$18,6 milhões.

b) Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Desde agosto de 2015, a Celesc G detinha liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do *GSF*, ao percentual máximo de 5%, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais relacionados.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, 7 usinas da Celesc G. Referida decisão foi ratificada na Resolução Autorizativa nº 11.998/2022.

c) PCH Celso Ramos

Em 28 de julho de 2021, a PCH Celso Ramos, por meio do Despacho nº 2.267 de 27 de julho de 2021, recebeu a autorização para operação comercial das unidades geradoras 03 e 04, referente ao acréscimo de 8,3 MW de potência instalada, totalizando 13,92 MW. A garantia física total foi estabelecida em 6,77MW médios.

Com a ampliação da capacidade instalada, a PCH recebeu prorrogação da sua concessão em 20 anos, findando em 2035. Com a repactuação do risco hidrológico, conforme citado no tópico anterior, o termo final da concessão ficou estabelecido em 2039.

Em 6 de outubro de 2022, o MME emitiu a Portaria nº 1.708/SPE/MME na qual foi ampliada para 7,52MW médios o montante de garantia física da PCH Celso Ramos, decorrente de pleito apresentado pela Celesc G à ANEEL, no qual justificou os estudos referentes à série hidrológica utilizada nos cálculos energéticos do projeto de ampliação. A ANEEL emitiu o Despacho nº 1.508, de 9 de junho de 2022, acatando a justificativa.

d) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A EDP Transmissão Aliança SC é uma sociedade formada pela Energias do Brasil – EDP, com participação de 90,00%, e pela Celesc G, com participação de 10,00%. A implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017, celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

	Origem	Destino	Circuito*	Extensão (KM)	Tensão (Kv)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	CS	27,8	230
Total			CS/CD	433,1	525/230
SUBESTAÇÃO	SE 525/230 SIDERÓPOLIS 2		-	-	525/230

* CS: Circuito simples / CD: Circuito Duplo

Em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o Ofício nº 011/2019, informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTEE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A. Por meio da Nota Técnica nº 501/2019, a ANEEL autorizou a implantação do reforço ainda em 2019. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea à da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

Em junho de 2021, foram concluídas as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional dos trechos localizados no litoral catarinense. Nessa primeira etapa foram concluídos 180 quilômetros em linhas de transmissão em níveis de tensão de 230 e 525 kV, e ainda a importante subestação Siderópolis 2 com tensão 525/230kV.

e) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2021 e RAG 2022

Em 20 de julho de 2021, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.902, homologou as RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2021/2022. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

As RAGs mensais estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G são:

Usinas	Receita Anual (R\$)	Receita Mensal (R\$)
	Ciclo 2021/2022	Ciclo 2021/2022
UHE Pery	61.607.233,15	5.133.936,10
UHE Garcia	11.721.282,46	976.773,54
UHE Bracinho	14.848.877,17	1.237.406,43
UHE Cedros	10.447.006,89	870.583,91
UHE Palmeiras	23.006.407,62	1.917.200,64
UHE Salto	7.541.939,03	628.494,92

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.068, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2022/2023, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$18,6 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil)	Receita Mensal (R\$/mil)
	Ciclo 2022/2023	Ciclo 2022/2023
UHE Pery	26.615	2.218
UHE Garcia	12.417	1.035
UHE Bracinho	15.547	1.296
UHE Cedros	11.386	949
UHE Palmeiras	24.186	2.016
UHE Salto	8.073	673

f) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergência.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 695/2015, a Celesc G tinha até o ano de 2022 para a entrega das revisões dos atuais PSBs e PAEs, elaborados em 2017. Por conta disso, ao longo dos anos de 2021 e 2022, foi realizada a Revisão Periódica de Segurança (RPS), na qual os PSB/PAE foram totalmente revisados, com atualização de dados hidrológicos, novos estudos de *dam break*, simulação computadorizada das áreas afetadas e divulgação dos resultados aos órgãos de defesa civil envolvidos.

Cabe destacar que, em 2020, a Celesc G contratou Empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

Cabe destacar que, em 2020, a Celesc G contratou Empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

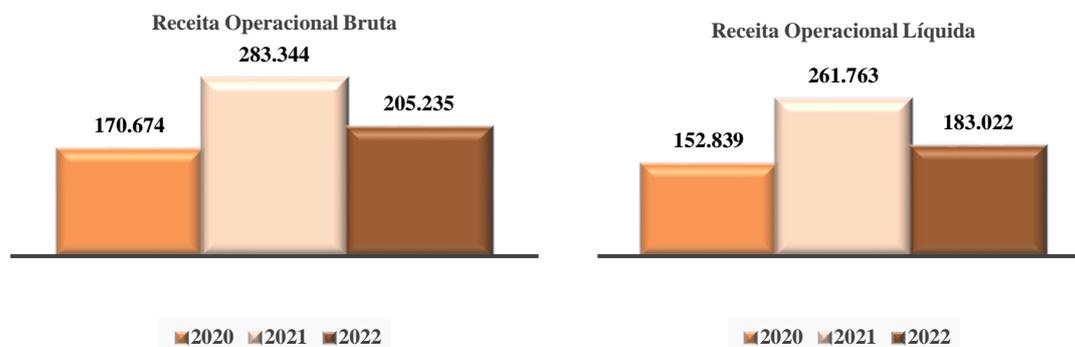
Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiros	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021	Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	205.235	283.344	-27,57%
Receita Operacional Líquida - ROL	183.022	261.763	-30,08%
Resultado Operacional	135.988	236.157	-42,42%
EBITDA Ajustado	139.870	226.660	-38,29%
EBITDA	139.354	226.618	-38,51%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	76,42%	86,59%	-10,17 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	76,14%	86,57%	-10,43 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	62,16%	63,34%	-1,18 p.p.
Resultado Financeiro	8.732	(2.093)	-%
Ativo Total	955.470	924.364	3,37%
Imobilizado	126.094	114.462	10,16%
Patrimônio Líquido	751.764	691.423	8,73%
Lucro (Prejuízo) Líquido	113.774	165.808	-31,38%

4.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

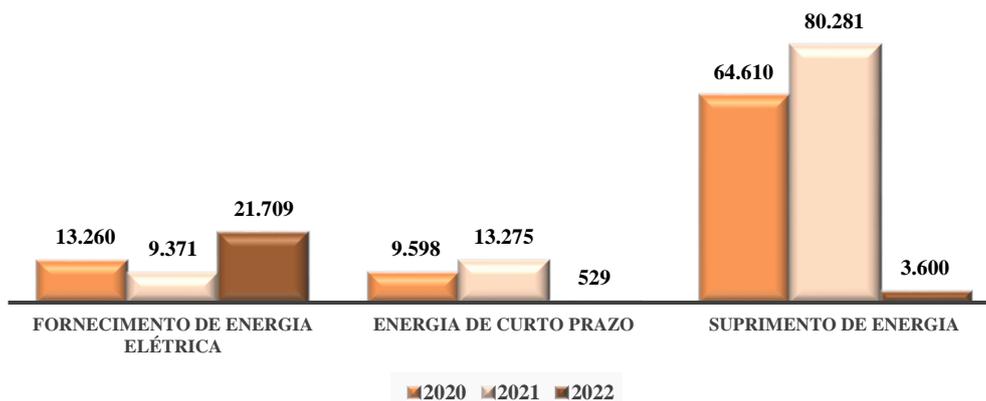
A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2022 foi de R\$205,2 milhões, volume 27,57% menor que os R\$283,3 milhões realizados em 2021.

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou redução de 30,1% em relação a 2021, R\$261,8 milhões, fechando o exercício de 2022 em R\$183,0 milhões.

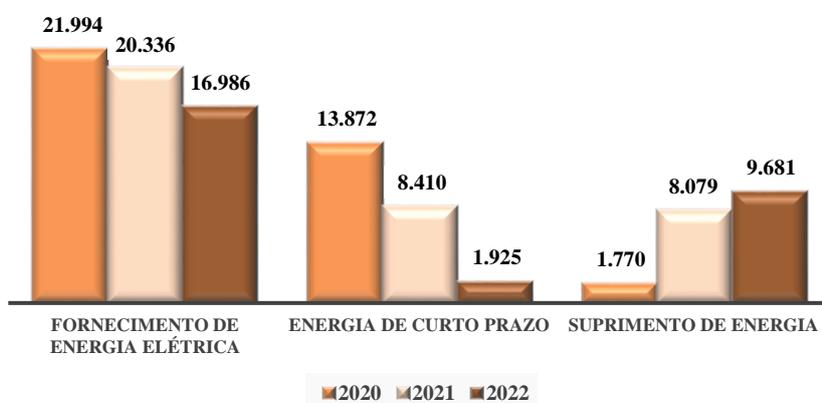


Na Celesc G, o reflexo mais significativo para a redução da ROB está relacionado com o reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que são registrados nesse grupo. Estas receitas foram de R\$143,6 milhões em 2021 para R\$83,8 milhões em 2022, configurando uma redução de 41,6%, aproximadamente. Essa redução se justifica pelo fato do reconhecimento inicial da indenização do projeto básico da usina Pery, em agosto 2021, ter contemplado toda a remuneração e atualização monetária desde o fim da concessão anterior, que ocorreu em julho de 2017.

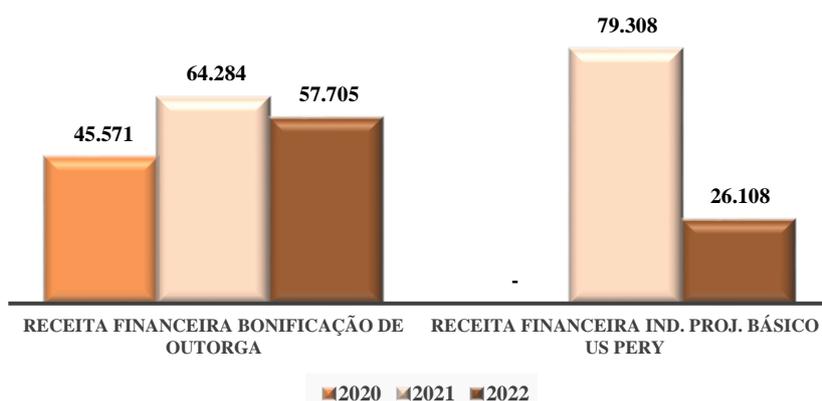
Receita de Geração Própria



Receita de Comercialização



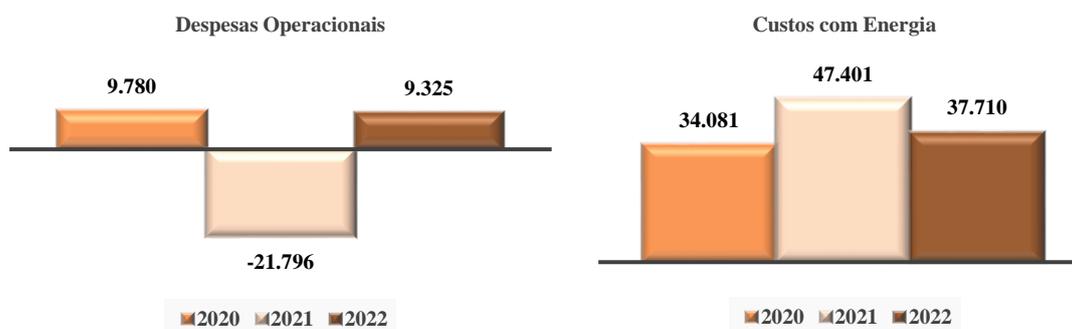
Demais



4.2. Custos e Despesas

Os custos com energia apresentaram uma redução de 20,4%, aproximadamente, quando comparados os exercícios de 2022 e 2021, tendo como destaque a redução provocada pelo repactuação do risco hidrológico GSF no valor de R\$28,1 milhões, ocorrida em 2021, bem como estorno da depreciação reconhecida durante o exercício de 2017 a 2021 referente a Indenização do Projeto Básico da Usina Pery, no valor de R\$14,3 milhões. Os dois eventos extraordinários provocaram uma aumento nos custos de 2021, quando comparados os exercícios de 2021 e 2020 na ordem de R\$13,8 milhões, aproximadamente.

O aumento provocado em 2021 pelos dois eventos extraordinários, foi normalizado no exercício de 2022, quando comparado aos demais exercícios.



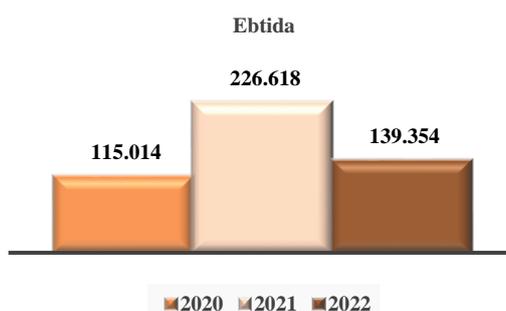
Na Celesc G, houve um aumento de, aproximadamente, R\$21,4 milhões nos custos e despesas operacionais. O principal fator foi a redução das reversões das perdas estimadas nos créditos de liquidação duvidosa – PECLD, ocorridas até o terceiro trimestre de 2021, motivadas pela adesão parcial em setembro de 2021, à Lei Federal nº 14.052, de 8 em setembro de 2020, que tratou da repactuação do risco hidrológico das usinas participantes do MRE, exceto as CGHs.

4.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir.

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Lucro Líquido	113.774	165.808
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	30.946	68.256
Resultado Financeiro	(8.732)	2.093
Depreciação e Amortização	3.366	(9.539)
EBITDA	139.354	226.618
(-) Efeitos Não-recorrentes		
Provisão <i>Impairment Test</i>	516	200
Reversão <i>Impairment Test</i>	-	(158)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-recorrentes	139.870	226.660

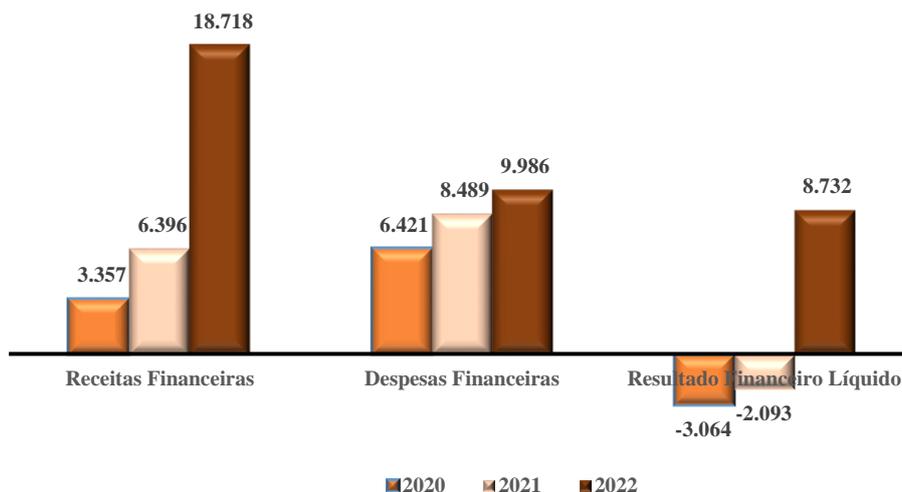
O EBITDA do exercício de 2022 atingiu o valor de R\$139,4 milhões, ficando 38,5% inferior ao exercício de 2021, que foi de R\$226,6 milhões. O EBITDA Ajustado, que desconsidera o efeito líquido do *Impairment Test*, foi 38,3% inferior a 2021.



4.4. Resultado Financeiro

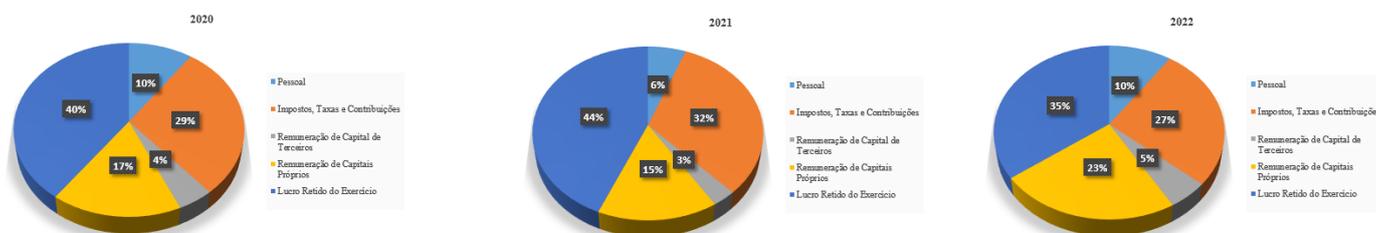
O Resultado Financeiro em 2022 foi positivo em R\$8,7 milhões, montante 517,2% superior ao exercício de 2021, que foi negativo em R\$2,1 milhões. O aumento é justificado, principalmente, pelo acréscimo de receita de aplicações financeiras (R\$3,9 milhões) e crescimento da receita referente ao contrato de mútuo vigente entre a Celesc D e Celesc G (R\$9,1 milhões).

Resultado Financeiro Líquido



4.5. Valor Adicionado

A riqueza criada pela Empresa e sua distribuição nos componentes Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração do capital de terceiros; e Remuneração do capital próprio.



4.6. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	2022	2021	2020
Liquidez Geral	3,30	2,89	2,43
Liquidez Corrente	1,91	1,73	1,42
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	15,77%	26,31%	15,12%
Endividamento Geral	21,32%	25,20%	25,98%

4.7. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, Lucro Líquido de R\$113,8 milhões, representando uma redução de 31,40% se comparado ao exercício de 2021, cujo valor foi de R\$165,8 milhões.

A Empresa apresentou significativa variação negativa no Lucro Líquido, em decorrência, principalmente, pelo reconhecimento da recente indenização do projeto básico da Usina Pery pelo fim da concessão em 2017 e posterior renovação.



4.8. Política de Distribuição de Dividendos

A Empresa e suas subsidiárias possuem a Política de Distribuição de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração, na qual são estabelecidas as práticas de destinação do Lucro Líquido, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

4.9. Investimentos

Descrição	2022	2021	AH
Investimento	R\$/mil	R\$/mil	
Geração de Energia Elétrica			
Participações Societárias	18.712	4.633	303,89%
Parque Gerador Próprio	13.833	19.334	-28,45%
Total	32.545	23.967	35,79%

Em 2022, os investimentos da Celesc G somaram R\$24,0 milhões e foram destinados à ampliação, melhoria e automação das usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de ampliar a capacidade de geração, modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar maior confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

Dos investimentos realizados no parque gerador próprio no período de janeiro a dezembro de 2022, no valor de R\$13,8 milhões, foram desembolsados em encargos e custos das debêntures; montagem e gerador fotovoltaico 1.0 MW da UFV Lages; em painéis de supervisão e controle, regulador de tensão, serviços auxiliares e automação da US Caveiras; em serviço de mão de obra, manutenção, engenharia e transporte aéreo da US Piraiá; automação de usinas, limpa grades e banco de baterias da US Palmeiras; aquisição de picapes 4x4 cabine dupla, melhorias no sistema de automação e placas de identificação da Administração Central; projeto executivo elétrico, automação e banco de baterias da US Pery; limpa-grades, serviço de manutenção civil, banco de baterias, segurança e monitoramento da US Salto e limpa-grades, banco de baterias, gerador elétrico e montagens mecânicas da US Bracinho.

4.9.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

A Usina Caveiras, localizada no município de Lages/SC, possui 3,829 MW de capacidade instalada. A fim de ampliar sua capacidade instalada, em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, que foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL, tendo sido aprovado em 28 de setembro de 2020, por meio do Despacho nº 2.752. O estudo importou o investimento de R\$203 mil.

Em 2021, a Empresa contratou a consolidação do projeto básico de ampliação, desenvolvido por Empresa de engenharia especializada, num investimento de R\$269 mil. Este foi entregue à Agência Reguladora no início de 2022, tendo sido analisado e posteriormente aprovado pela ANEEL em 28 de abril de 2022, por meio do Despacho nº 1.102.

Esse projeto de ampliação prevê a desativação das unidades geradoras 01 e 02, manutenção das unidades geradoras 03 e 04, construção de novo circuito adutor, nova casa de força contando com a instalação de duas novas unidades geradoras com potência de 3,25MW cada, totalizando uma ampliação de 6,5MW. A potência final da Usina Caveiras será de 9,4MW.

O projeto encontra-se em fase de tramitação para obtenção de licenças ambientais junto ao Órgão Ambiental de Santa Catarina, IMA-SC, sendo que na sequência estará apto para seguir com o planejamento e plano de negócios para a implantação do empreendimento.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Hidrelétrica Salto Weissbach está localizada no município de Blumenau/SC, no rio Itajaí-Açu, com 6,28 MW de potência instalada. O projeto de ampliação está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW.

Nos últimos anos, foram tramitados os estudos e documentos para a obtenção dos diplomas ambientais, sendo que o objetivo principal foi atingido em 23 de junho de 2022, com a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 3454/2022 pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC. Aguarda-se ainda o término do processo para emissão de outorga de uso da água, a qual é regulada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDE/SC.

A Usina opera no regime de cotas. Então, os próximos passos para a autorização para ampliação serão realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que fará a avaliação orçamentária do empreendimento, e pela ANEEL, que a partir do orçamento consolidado, definirá a receita de geração da usina ampliada.

c) Reativação da CGH Maruim

A Usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José nº 18.707.

Em 2017, a Celesc G iniciou os estudos ambientais para obtenção das licenças necessárias à viabilização do projeto de reativação da Usina e, em 2018, promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração construtiva prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas. A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa de R\$264,99/MWh.

Para a realização do empreendimento, foram realizados quatro processos licitatórios distintos, os quais obtiveram êxito durante o decorrer de do ano de 2022. São estes: (1) supervisão e execução de programas ambientais; (2) fornecimento e instalação das turbinas, geradores e equipamentos associados; (3) fornecimento e instalação de conduto forçado e hidromecânicos; e (4) execução de obras civis e projetos executivos de engenharia que, somados, resultam num montante na ordem de R\$7,89 milhões e serão executados durante o decorrer de 2023.

4.9.2. Projetos de Automação do Parque Gerador

a) Automação da UHE Palmeiras

Iniciada em 2021, a implantação do novo sistema de automação na Usina Palmeiras, bem como outras melhorias associadas, foi concluída em 2022. A Usina Palmeiras é a segunda maior do parque gerador da Celesc G. O investimento é da ordem de R\$4,7 milhões.

b) Automação da CGH Caveiras

Ao final do ano de 2021, também foi iniciado o projeto de automação e *retrofit* da Usina Caveiras. O investimento é de R\$3,9 milhões e foi concluído em 2022.

c) Automação da UHE Pery

A Usina Pery é formada por duas casas de força, sendo que a primeira foi construída em 1965. O sistema de automação dessa casa de força também vinha apresentando necessidade de substituição, motivo pelo qual foi contratada a sua substituição. O projeto, da ordem de R\$3,6 milhões, deverá ser concluído no início de 2023.

c) Automação da PCH Celso Ramos

A Usina Celso Ramos é formada por duas casas de força, sendo que a primeira também foi construída em 1965. Assim como aconteceu na Usina Pery, o sistema de automação dessa casa de força vinha apresentando necessidade de substituição, que foi contratada ao final de 2022 para conclusão em 2023. O investimento é na ordem de R\$6,0 milhões.

4.9.3. Novos Negócios

4.9.3.1. Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

Buscando a diversificação de atuação em fontes renováveis, como uma das diretrizes de seu Plano Diretor, em 2022, a Empresa iniciou a atuação de novos negócios em geração distribuída (GD) remota por meio de fazendas solares. O direcionamento estratégico da Empresa aponta para a abertura de novos modelos de negócio, que possam aumentar as receitas extra de distribuição e, dentre eles, a GD, em vista das perspectivas de crescimento do segmento.

O Plano de Negócio em Geração Distribuída, aprovado pela Empresa em dezembro de 2021 e revisado ao final de 2022 prevê a implantação de 14,6 MW em projetos solares fotovoltaicos entre os anos de 2022 e 2023, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Destaca-se que 11 MW já se encontram em implantação, conforme abaixo:

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Previsão de Entrada em Operação	Status
UFV Lages I	Lages/SC	1,00	Fev.2023	Em construção
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	1,00	Abr.2023	Em construção
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	2,00	Jun.2023	Emissão da Ordem de Serviço
UFV Modelo	Modelo/SC	2,00	Jul.2023	Em contratação
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Dez.2023	Em projeto
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Dez.2023	Em projeto
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	Dez.2023	Em projeto
Total		11,00		

Todos os projetos estão contemplados dentro da janela regulatória prevista pela Lei 14.300/22, a qual traz a manutenção das regras atuais do sistema de compensação de energia até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc Geração.

Destaca-se ainda que os 3,6 MW adicionais, aprovados na última revisão do Plano de Negócio em GD, serão prospectados no decorrer de 2023. Essa expansão de portfólio também estará atrelada, sobretudo, ao enquadramento dos projetos na janela regulatória da Lei 14.300/22 citada acima.

4.9.4. Parcerias

Os investimentos em SPes totalizaram R\$18,7 milhões em 2022, sendo aplicados R\$17,6 milhões na EDP Transmissão Aliança e R\$1,1 milhão na Garça Branca Energética S.A.

4.10. Ambiente Econômico

4.10.1. Desempenho no Mercado Financeiro

A Celesc acompanha e monitora continuamente a evolução da conjuntura econômica e a variação dos principais indicadores como PIB, inflação, câmbio e juros e a forma como essas variáveis influenciam no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, atua diretamente na compra de energia de Itaipu, PIB e investimentos no crescimento do mercado de energia. Os juros impactam no financiamento e investimentos (custo do capital) e, a inflação, nos suprimentos e PMSO.

O ano de 2022 ficou marcado por uma melhora no quadro da pandemia, fazendo com que as consequências humanas e econômicas fossem menores do que nos anos anteriores.

Por outro lado, o principal ponto negativo no cenário internacional foi a eclosão da guerra na Ucrânia no primeiro trimestre do ano, o que reforçou a piora nos indicadores de inflação no mundo. Ao longo do ano, a inflação alta e persistente provocou o início de ciclos de aperto monetário nos Estados Unidos e na Europa, com endurecimento das políticas dos bancos centrais e aumento nas expectativas das taxas de juros. Outros fatores, como os *lockdowns* com objetivo de combate ao Covid e a grave crise no mercado imobiliário na China, também contribuíram para o desaquecimento da economia mundial. Contudo, a situação do Brasil foi um pouco diferente da maioria dos países, por conta do ciclo de aperto monetário ter sido iniciado com antecedência. Dessa forma, as expectativas passam a ser de quando o Banco Central poderá iniciar a redução da Selic.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que é considerado uma prévia do PIB, teve um resultado positivo de 4,5% acumulado de 2022, sendo que a projeção do Banco Central para a atividade doméstica, já considerando o último mês do ano, é de crescimento de 3,1% em 2022. Esse indicador incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços.

O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mede o custo de vida das famílias com renda média de um a quarenta salários mínimos, assinalou 10,06% em 2022. Já o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, que reflete a evolução dos preços administrados e do atacado, apontou 17,79% como resultado da elevada variação cambial ocorrida no exercício.

A taxa de juros medida pela Selic fechou o ano a 13,75%, decorrente dos esforços do Banco Central em conter o avanço da inflação. No acumulado de janeiro a dezembro de 2022, em Santa Catarina, o Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina – IBCr-SC, calculado pelo Banco Central do Brasil, registrou crescimento de 6,4%, resultado melhor que a média nacional, que avançou 4,6% no mesmo Exercício.

4.10.2. Composição Acionária

O capital social da Celesc G, em 31 de dezembro de 2022, subscrito e integralizado, é de R\$450,0 milhões, representando por 43.208.760 (quarenta e três milhões e duzentas e oito mil e setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

4.11. Relações com Investidores

No *site* de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri) estão disponíveis para consulta todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores, bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão GRI, o Balanço Social da Empresa, entre outras informações.

5. ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de todas as suas operações, de todos os processos e serviços prestados à sociedade.

5.1. Compromisso com o Meio Ambiente

A Celesc G segue comprometida com a melhoria contínua, qualidade e sustentabilidade de seus empreendimentos, operações, processos e serviços prestados à sociedade.

Em 2022, todas as obras dos empreendimentos tiveram seus planos e/ou programas ambientais implementados e fiscalizados *in loco* por uma equipe de supervisão ambiental contratada, com o objetivo de garantir o cumprimento das premissas e indicadores dos planos/programas e eventuais condicionantes ambientais estabelecidas no processo de licenciamento.

Atenta aos cenários globais, a Empresa possui sua Declaração de Mudanças Climáticas (2015) e vem elaborando anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, que mapeia e quantifica as emissões de carbono das atividades da Celesc G, propiciando a elaboração de um diagnóstico dos processos internos (fontes e quantidades). Esse diagnóstico será usado como ferramenta de planejamento e estabelecimento de metas de redução e compensação de emissões no Plano de Gestão de Mudanças Climáticas da Celesc, documento elaborado no ano de 2021, que será revisado durante o ano de 2023, para planejamento, padronização e institucionalização de todas as iniciativas relacionadas ao ODS 13 – Combate às Mudanças Climáticas.

Na Celesc G, os inventários de GEE seguem a metodologia do GHG Protocol e, desde 2014, são auditados por Empresa externa, obtendo-se o selo *gold* na qualificação dos inventários. Todos os inventários estão disponíveis no portal Registro Público de Emissões.

Ainda, demonstrando o compromisso com o meio ambiente e com o engajamento nos ODS, a Celesc elaborou e aprovou, no ano de 2022, o Plano de Consumo Consciente, estruturado em três programas específicos: Programa de Consumo Sustentável de Água, Programa de Uso Sustentável de Recursos Naturais e Programa de Valorização de Resíduos Administrativos. O plano estabeleceu metas de redução de consumo de água, materiais e de gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando um cronograma de atividades e ações necessárias para o alcance dessas metas.

5.2. Ações Ambientais

5.2.1. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2022, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 57,13 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e de luz mista, sucatas ferrosas, além de sólidos contaminados, lodos de fossas sépticas e outros recicláveis (madeiras, papéis e plásticos).

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro, rerrefino e tratamento de efluentes. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

5.2.2. Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar.

A Celesc G e o IMA/SC assinaram um Protocolo de Intenções que visa à criação da Unidade de Conservação (UC) do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville, sendo instituída a equipe técnica de ambas as instituições que coordena e acompanha os processos necessários para efetivação da UC. Em 2022, a fase de regularização fundiária de cada terreno foi finalizada. Neste momento, a Empresa está atuando na unificação desses imóveis visando o enquadramento da categoria da unidade, bem como definindo o manejo adequado à área, conforme os usos prioritários.

Adicionalmente, a Empresa avalia a viabilidade técnica de formalização de outros locais protegidos em espaços territoriais próprios dotados de características naturais relevantes, de forma a proporcionar benefícios para a conservação e uso sustentável da

biodiversidade desses locais. Dentre esses locais, inclui-se o entorno do chamado Salto Weissbach, vinculado à Usina Salto em Blumenau/SC. Nesse local, os terrenos da Empresa proporcionam a conservação *in situ* de distintas espécies reófitas endêmicas do rio Itajaí-Açu ameaçadas de extinção.

5.2.3. Outorgas de Uso de Água

Os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. A Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach e de reativação da Usina Maruim.

Ciente também da importância da sua participação na integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental a Celesc G participa e apoia as ações desenvolvidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, vinculada à manutenção e melhoria da qualidade e quantidade de água de seus empreendimentos hidrelétricos.

5.2.4. Monitoramento Hidrológico

Para fins de atendimento à Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 003, de 10 de agosto de 2010, a Empresa mantém em operação 18 estações telemétricas de monitoramento hidrológico, distribuídas em cinco regiões hidrográficas no Estado de Santa Catarina. Essas estações também fornecem suporte de redundância ao Centro de Operação da Geração, inclusive em situações de eventos hidrológicos críticos.

5.2.5. Monitoramento Ambiental

Em 2022, a Celesc G prosseguiu com a execução das condicionantes de licenciamento ambiental do parque gerador da Empresa por meio do desenvolvimento de 120 programas ambientais, distribuídos em distintos temas, tais como destinação de efluentes líquidos e resíduos sólidos, monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, levantamento e conservação da fauna terrestre, ictiofauna e macroinvertebrados aquáticos, macrófitas aquáticas, hidrossedimentológico, recuperação de áreas degradadas, manutenção das vazões ecológicas, educação ambiental e comunicação social.

5.2.6. Gestão Fundiária

No ano de 2022, houve prosseguimento de diversas atividades para atendimento ao projeto de regularização fundiária, dentre elas: atendimento às exigências dos cartórios para retificações das áreas, regularização fiscal dos imóveis junto à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, avaliação dos imóveis, cadastro de confrontantes das usinas, levantamentos topográficos e topobatimétricos, inspeções fundiárias e certificação dos imóveis junto ao INCRA. Também foram finalizadas retificações administrativas dos limites dos terrenos das usinas Caveiras, Garcia, Maruim, Pirai e Bracinho, totalizando aproximadamente 5.600 hectares de áreas regularizadas com valor fiscal de R\$142,0 milhões.

5.2.7. Conservação da Flora

No mês de novembro de 2022, a Empresa iniciou as ações de conservação *ex situ* das espécies de reófitas endêmicas do rio Itajaí-Açu ameaçadas de extinção presentes na área da Usina Salto em Blumenau/SC. As espécies englobam a Cutiá-de-espinho, Pitanga-anã, Arapabaca e a bromélia *Dyckia brevifolia Baker*. As ações envolvem a elaboração de um plano de manejo visando promover a conservação e recuperação populacional destas espécies de plantas, incluindo também a construção de um viveiro de produção de mudas, manutenção de coleções *ex situ*, formação de populações mínimas viáveis, estudos de variabilidade genética e atividades de educação ambiental junto à comunidade.

5.2.8. Conservação da Fauna

Como forma de subsidiar a proteger as espécies da fauna ameaçadas de extinção registradas no entorno da Usina Celso Ramos, a Empresa mantém um plano de ações prioritárias, de forma a garantir a manutenção e conservação das espécies nesses ambientes. Entre as espécies protegidas, constam o Pica-pau-de-cara-canela, Leão-baio, Gato-maracajá e a Rã-de-vidro.

5.2.9. Recuperação de Ambientes Aquáticos

No ano de 2022, a Celesc G prosseguiu com as atividades de anuência junto ao órgão ambiental visando à recuperação dos ambientes aquáticos inseridos nos reservatórios das usinas Bracinho, Palmeiras, Celso Ramos e Ivo Silveira. As atividades envolvem o levantamento e monitoramento da fauna e flora aquática associada, assim como na remoção do excesso de sedimentos para melhorias no substrato de fundo, complexidade dos ambientes, qualidade dos remansos, proteção dos barrancos e cobertura vegetal das margens destes locais.

5.2.10. Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho)

Por fim, diante dos avanços identificados a Empresa prosseguiu, no ano de 2022, com a implementação do Sistema de Gestão Integrada na Usina Hidrelétrica Garcia, município de Angelina/SC, composto pelos processos de meio ambiente (ABNT NBR ISO

14001:2015), qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015) e saúde e segurança ocupacional (ISO 45001:2018). Atualmente, o desenvolvimento do sistema se encontra na fase de auditoria externa.

Para os demais empreendimentos, o sistema está previsto para ser desenvolvido ao longo do ano de 2023.

5.3. Compromisso com a Sociedade

O novo ciclo 2022/2024 do Programa Jovem Aprendiz da Celesc iniciou com aumento de 25% no número de vagas. De cunho profissional, o Programa possibilita a experiência do primeiro emprego e a inserção no mercado de trabalho para jovens. Na Celesc, essa oportunidade é oferecida prioritariamente a jovens moradores de casas-lares e/ou em situação de vulnerabilidade social. Além da atuação profissional, os jovens recebem, ao longo do ciclo, oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal por meio de cursos e capacitação de mercado. Ao proporcionar essa chance de primeiro emprego, a Celesc promove condições para o desenvolvimento dos jovens, preparando-os para o trabalho e destacando a importância não só de fatores comportamentais, mas da inserção no ambiente corporativo como experiência fundamental para o início de uma carreira sólida.

As ações realizadas pelo Programa Celesc Solidária, como a Campanha “Temos muitas famílias precisando da Nossa Energia”, iniciativa contra a insegurança alimentar, chamou novamente o corpo funcional para a doação de alimentos não perecíveis no período entre maio e junho. No total, foram arrecadadas mais de cinco toneladas de alimentos. A campanha é um desdobramento do compromisso da Celesc com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular, o Objetivo 2 – Fome Zero. Outra ação do Programa foi o Natal Solidário – tradição que completou 17 anos em 2022, que atendeu mais de 500 crianças em situação de vulnerabilidade social com brinquedos e *kits* escolares.

O Programa de Diversidade e Inclusão – D&I tem o compromisso de valorizar a diversidade e promover a inclusão, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento humano, além de gerar engajamento, criatividade e inovação ao negócio por meio de ações baseadas na Política de Diversidade e Inclusão, estruturado com um Comitê que atua com o propósito de promover a diversidade de gênero e a inclusão na Empresa. Desde a sua implementação em 2020, o Programa é desenvolvido por meio de um plano estratégico com uma série de ações que recomendam iniciativas para apoiar e reter as mulheres na Celesc. Das 33 ações propostas, destacam-se: treinamento de viés inconsciente para a alta liderança, assinatura dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) da ONU, treinamento para os colaboradores, formação de multiplicadores da cultura inclusiva (Grupo de Trabalho), agenda estruturada para divulgação de temas D&I, divulgação e destaque para atitudes inclusivas na Empresa, *dashboard* de D&I para gerenciamento das métricas, avaliação de desempenho contínua, canal de denúncia, licença-paternidade com acompanhamento e compartilhamento de experiências positivas e campanhas de desconstrução de frases preconceituosas.

5.4. Ações de Responsabilidade Social da Empresa

A Celesc recebe o reconhecimento de instituições sociais, culturais e esportivas, pela sua contribuição voluntária em diversos projetos por meio de patrocínio, via Lei Federal de Incentivo à Cultura.

5.5. Compromisso com os Empregados

Promover a segurança e ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os principais valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Dentre tais programas destacam-se: o compromisso com o desenvolvimento e motivação de pessoas; promoção da inclusão e valorização da diversidade; fomento de um ambiente meritocrático e de uma cultura da segurança no trabalho, saúde e bem-estar.

O “Jeito de Ser Celesc” é a maior representação deste comprometimento, pois reúne as competências essenciais esperadas da nossa gente. Associados ao programa de gestão de desempenho, esses norteadores se propõem a desenvolver a força de trabalho ao longo de um acompanhamento contínuo de seus líderes.

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS

SISTEMA ELÉTRICO NA VEIA

Ter energia e comprometimento em suas atitudes, comportamentos e palavras. Trabalhar com motivação e propósito. Ser responsável, profissional e prestativo. Cumprir prazos e entregas.

FAZER O CERTO COM SEGURANÇA

Agir com transparência e integridade. Ter conduta ética e senso de justiça. Cumprir horários e trabalhar com zelo. Promover a sustentabilidade, considerando em suas ações os impactos causados ao meio ambiente. Ter compromisso com a vida, valorizando a saúde e a segurança diariamente.



GOSTAR DE GENTE

Manter relações de confiança com pares, gestores e clientes. Respeitar as diversidades e agir com empatia. Ter uma postura aberta ao diálogo. Saber ouvir e dar feedback. Trabalhar em equipe de maneira colaborativa.

IR ALÉM DO ÓBVIO

Ser flexível e inovador. Manter uma postura questionadora e aberta ao novo, buscando soluções criativas. Ser adaptável a mudanças e tolerante aos erros. Manter o desejo de aprender.

FOCO NA SOLUÇÃO

Ter iniciativa, mantendo uma perspectiva otimista e gerando soluções. Agir com protagonismo e sentimento de "dono do negócio". Acompanhar e contribuir de maneira efetiva com os resultados da empresa.

Neste sentido, as diretrizes e decisões tomadas visam a construção de um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam felizes e comprometidas com a entrega de resultados. A ferramenta utilizada para monitorar e buscar melhorias neste âmbito é a Pesquisa de Clima por Pulsos. Por meio desse mecanismo, os gestores têm acesso a informações contínuas e relevantes sobre suas equipes, como por exemplo: sentimento em relação a sua liderança, *feedback* e reconhecimento e saúde e bem-estar. Nessa pesquisa, o clima é avaliado com base em um total de 12 aspectos: além dos já mencionados, ainda são acompanhados o alinhamento com a Empresa, desenvolvimento profissional, justiça, embaixadorismo, felicidade, carreira, estrutura, inovação e relacionamento interpessoal.

Ainda acerca do clima organizacional, cabe ressaltar a excelente pontuação atingida pela Celesc no quesito embaixadorismo, que demonstra o quão orgulhosos e engajados os empregados sentem pelo seu trabalho e pela imagem da Empresa. Além disso, as práticas de liderança da Celesc também renderam destaque no *Pulses Awards 2022*, evento destinado a compartilhar as ações das Empresas consideradas referência no tema. Destacam-se aqui práticas como o processo de seleção de gestores e a criação da área de *Business Partner*, consultoria interna de gestão de pessoas focada em desenvolver liderança para alinhar as estratégias da Empresa e as atividades dos Departamentos e Regionais.

Outro item que merece ser mencionado é o compartilhamento de informações na Empresa, que é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet (*CELNET*), todo empregado também tem acesso às instruções normativas, notícias relevantes e diretrizes da Empresa. O Portal do Empregado é mais um canal de interação que traz aos empregados informações relevantes sobre sua carreira e benefícios. Ademais, o Portal da Gestão, recentemente lançado, foi outra conquista que tem por intuito conectar os gestores, concentrando orientações importantes sobre liderança, *feedback* e ferramentas importantes para o dia a dia dos gerentes. Assim, a transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre disseminar conhecimento e boas práticas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno.

A participação dos empregados na gestão da Empresa é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, que formulam e acompanham os Acordos de Desempenho de cada área, que são contratos firmados junto a Diretoria Executiva para o alcance de resultados. Outro destaque é a gestão participativa, com decisões tomadas após estudos em Grupos de Trabalho – GTs, Comissões e Comitês, contando sempre com equipes multidisciplinares.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e líderes. O respeito às pessoas é um compromisso prioritário, que deve ser mantido nas relações e está documentado no Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Celesc promove treinamentos específicos e obrigatórios a todos os empregados.

Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. Pensando nisso, as licenças especiais (como extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma Empresa cidadã) e outras vantagens (como auxílio-creche e babá, auxílio-pós-graduação, auxílio-estudante, vale-alimentação, plano de saúde e odontológico) vão além do previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e são essenciais para cultivar um ambiente de trabalho positivo.

A busca pela valorização do potencial de seus empregados se materializa também por meio das ações de desenvolvimento humano. Os processos organizacionais, que agregam valor aos consumidores, são sustentados pela competência e comprometimento dos empregados da Empresa. Dessa forma, a geração de valor à população é uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal normativa é gerenciada e aprimorada anualmente por uma equipe interna altamente capacitada. As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política.

Dessa forma, a formação de novos eletricitistas, maior quantitativo de pessoal da Celesc D, é planejada e realizada por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa competência essencial e nossa vantagem competitiva. Além de tantos outros cursos de formação, a Empresa oferece treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, sejam as atividades mais operacionais, com atualizações de processos, sejam as áreas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver todos os líderes da Empresa. Esses líderes foram capacitados em temas como *feedback*, resolução de conflito, liderança situacional, comunicação e demais tendências. Por meio de parcerias, foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que propiciou aos trabalhadores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados.

Pensando na modernização de processos e no desenvolvimento da nossa gente, a Celesc também criou o Projeto Celesc Ágil, cujo objetivo é a capacitação de gestores e suas equipes por meio de encontros e oficinas, com foco no aprendizado e utilização das Metodologias Ágeis, uma nova forma de trabalho que proporciona otimização dos resultados e melhoria nas entregas, tanto para clientes internos como externos.

A Celesc acredita na importância de valorizar as pessoas e em promover um ambiente meritocrático, que valoriza os esforços de cada um e ajude a reforçar a ousadia das pessoas para promover mudanças, tomar decisões e inovar. O reconhecimento desse compromisso da Celesc com seus empregados foi recentemente atestado com a certificação Great Place to Work – GPTW (Melhores Empresas para Trabalhar), emitido em junho de 2022.

A pesquisa que culminou na Certificação foi aplicada na Celesc no período de 1º a 15 de junho de 2022, com a participação de 1.186 empregados, e teve como objetivo compreender a cultura organizacional e avaliar as práticas de gestão, de modo a possibilitar o aprimoramento do nosso ambiente de trabalho, ao apontar os pontos positivos e os que podem ser melhorados.

5.6. Saúde e Segurança do Trabalho

5.6.1. Ações Celesc Segurança 2022

A natureza e complexidade do negócio que a Celesc executa exige a intervenção humana no Sistema Elétrico de Potência, que acarreta riscos de origem elétrica, queda de altura, dentre outros, que acabam expondo sua força de trabalho a diversos riscos. Várias medidas de controle tentam mitigar estes riscos por meio de diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Treinamentos realizados com equipes próprias e terceiras;
- Desenvolvimento de adequadas técnicas de trabalho;
- Procedimentos de segurança específicos e dedicados;
- Normativas internas que disciplinam processos e procedimentos;
- Análise e seleção de EPIs e EPCs destinados aos colaboradores;
- Exigências contratuais junto aos seus prestadores de serviços;
- Ações específicas de segurança por meio do Plano de Trabalho Anual (PTA);
- Monitoramento de indicadores de segurança junto à força de trabalho;
- Análise crítica de eventos, tratamento e validação de ações pelos Comitês de segurança;
- Fiscalização permanente das equipes em campo;
- Promoção de ações de conscientização da força de trabalho para o tema Segurança.

As 10 Regras que salvam vidas!



1 Seja um bom exemplo para os outros empregados e contratados.

Sua atitude inspira outras pessoas. Faça o que é certo, pratique comportamento seguro!



2 Realize APR, sempre!

APR é a Análise Preliminar de Riscos. Faça sempre a avaliação dos riscos antes de iniciar as atividades. Observe se no local da tarefa há condições inseguras e fique atento a imprevistos.



3 Use o Equipamento de Proteção Individual.

Deixar de utilizar um equipamento para poupar tempo ou por minimizar a sua importância não vale o risco de um acidente. Sem o EPI, as consequências de um acidente podem ser ainda mais graves.



4 Resolva problemas de segurança ou comunique!

Ao perceber um problema de segurança, busque uma solução. Caso não encontre, comunique para que seja resolvido! Nunca deixe uma situação insegura para trás.



5 Siga os passos do Círculo da Segurança nos Serviços Desenergizados.

Cada etapa é indispensável: realizar a APR, utilizar o EPI e EPC, desligar, testar, sinalizar, aterrar.



6 Atenção e cuidado na movimentação de cargas.

Realize a atividade com cautela e calma, observando o ambiente, pessoas no entorno e adotando medidas de segurança na operação.



7 Nos trabalhos em altura, esteja sempre "conectado".

Permaneça conectado ao sistema de prevenção de queda durante toda a execução do serviço. Sempre utilize linha de vida.



8 Faça o planejamento da segurança da poda e roçada.

Acidentes podem ocorrer por falta de planejamento. Estude o local do serviço para adoção da melhor técnica e posicionamento de trabalho.



9 No trânsito, exerça a direção defensiva.

Dirigir de forma defensiva é ser responsável ao volante e respeitar as regras de trânsito. Além disso, deve-se inspecionar o veículo e estar preparado para reagir a imprevistos.



10 Pratique Segurança Sempre para atingir a meta do "Acidente Zero".

Pratique segurança no seu dia a dia. Escolha o caminho seguro sempre! Esteja consciente dos seus atos e evite correr riscos sem necessidade.

Neste contexto, há um componente de extrema importância no conjunto de ações para aprimoramento do nível de segurança do trabalho, qual seja, a atitude correta dos trabalhadores, que é resultado da sua postura comportamental. Esta postura se manifesta, por exemplo, pela prática da técnica correta transmitida nos diversos treinamentos ministrados pela Empresa, ou ainda pelo uso correto do equipamento dos equipamentos de proteção disponibilizados pela Celesc.

5.6.2. Da Política de Segurança e Saúde do Trabalho

A Celesc tem compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer um ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de segurança às estratégias Empresariais. Esse conceito está expresso no Plano Diretor e desdobrado no Mapa Estratégico, Contrato de Gestão, Política de Segurança e Saúde do Trabalho, Normas e Instruções Normativas internas, além de ações e programas de segurança e saúde desenvolvidos na Empresa.

Nas premissas estratégicas da Celesc de seu Plano Diretor Celesc (2025-2035), os valores, que representam aquilo no que a Empresa acredita, reforçam o tema da segurança, destacando como dever de todos o respeito à vida, a prevenção de acidentes e a promoção de boas práticas de segurança.

Destaca-se, na perspectiva de Organização e Pessoas, o objetivo estratégico de promover a cultura da segurança no trabalho, saúde e bem-estar. Com tal objetivo, pretende-se garantir um ambiente de trabalho seguro, prezando pela saúde e bem-estar de todos os empregados, de forma a gerar o sentimento de confiança das equipes e honrar os valores e princípios da Empresa. Além disso, busca-se também garantir todos os equipamentos necessários, fiscalizar o cumprimento de normas de segurança e promover o compromisso com o tema.

A Política de Segurança e Saúde do Trabalho da Celesc D, que representa a mais alta intenção da Celesc frente a esse tema, normatiza que a prática da segurança e saúde no trabalho será considerada inerente a quaisquer serviços executados, em que todo o trabalho deverá ser resguardado pelas indispensáveis medidas de segurança, tendo em vista a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Nem a urgência, nem a importância, nem a alegada indisponibilidade de meios ou recursos, nem quaisquer outras razões podem ser invocadas para justificar a falta de segurança.

5.6.2.1. Programa Celesc Segura

O Programa Celesc Segura abrange, dentre outros, os conceitos de Diagnóstico de Segurança, Plano de Segurança, Plano de Trabalho Anual (PTA), indicando procedimentos e responsabilidades. Neste sentido, uma das ações que mobilizou mais pessoas foi o PTA, que contemplou objetivos e metas para todos os gerentes da Empresa, inclusive Diretorias, baseados em ações proativas

com seus liderados. Como resultado, destaca-se a realização de mais de 5 mil Diálogos de Segurança (DDS) de equipes, quase 2 mil inspeções por gestores, cerca de 84 reuniões com empreiteiras registradas, somando 9.380 ações registradas junto ao Departamento de Segurança, Saúde e Bem-Estar. Em relação aos diálogos de segurança promovidos, foram alcançados 41 mil registros de presença ou participação, colocando o tema segurança na rotina dos empregados.

Além do Programa Celesc Segura, a Celesc promove anualmente uma série de ações voltadas para promoção da Saúde e Segurança do trabalho:

- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) Integrada: promoção de evento de 5 dias em conjunto com as CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) com o objetivo de promover a conscientização dos empregados sobre temas relacionados à segurança no trabalho e à saúde por meio de palestras, intervenções artísticas ou criativas, oficinas, treinamentos, envolvendo todas as unidades da Empresa de forma simultânea.
- Eventos e Campanhas de Saúde e Segurança do Trabalho: campanhas promovidas pela Empresa com temas específicos, dentre as quais é possível destacar palestras sobre saúde mental, atendimento nutricional em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ação de conscientização sobre Equipamentos de Proteção Coletiva com intervenções de adesivamento de veículos, ação de conscientização sobre a importância de Equipamentos de Proteção Individual nas atividades na medição.
- Seminário de Segurança no Trabalho: evento de dia inteiro com apresentação do resultado do PTA 2023, atualizações sobre o Projeto de Transformação Cultural, nova metodologia de análise de acidentes e segurança na geração de energia.
- Regras que Salvam Vidas: são dez pontos de atenção em segurança do trabalho nas operações da Celesc. A ferramenta foi pensada com base no histórico de acidentes ocorridos na Empresa e tem por objetivo chamar a atenção para comportamentos e atitudes que podem prevenir acidentes e salvar vidas. “É o jeito de ser Celesc” também na segurança do trabalho.
- Promoção do “Círculo da Segurança”: indica o passo a passo do Trabalho Seguro no SEP (Sistema Elétrico de Potência) nos serviços desenergizados. A ferramenta busca proporcionar ao empregado a realização do trabalho de forma segura.

O compromisso da Celesc com a proteção da saúde e segurança do trabalhador, seja próprio ou contratado, também está expresso em sua política de capacitação e desenvolvimento de pessoal. Estão incluídos nessa política a elaboração, o planejamento e a execução da capacitação e reciclagem de todos os trabalhadores da Celesc com foco na prevenção de acidentes do trabalho.

Com relação à disponibilização de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletivas (EPC), a área de Segurança do Trabalho atua na especificação técnica desses materiais, que detalha tecnicamente as características e normas/laudos que o material deve atender, buscando a proteção adequada. Além disso, atua na etapa de avaliação técnica dos itens que estão sendo adquiridos, no levantamento de problemas que possam surgir durante o uso, no desenvolvimento de novos materiais e fornecedores e na adequação dos itens ao surgimento e modificações das legislações e normas vigentes.

Esse processo disponibiliza materiais com elevado padrão técnico de desempenho, tanto na especificação quanto nos ensaios de recebimento, para assegurar sua qualidade. Tudo isso para que se disponibilize aos empregados o equipamento adequado para a exposição controlada ao risco de cada situação de trabalho.

A Celesc iniciou, em 2022, a implantação, por meio de consultoria especializada, de um processo de mudança e desenvolvimento comportamental em segurança, atuando sobre toda a cadeia de negócios da Celesc, promovendo um diagnóstico e medição da força de trabalho em todo seu quadro hierárquico, de forma a buscar subsídios e fomentar ações que produzam resultados impactantes na redução de acidentes, gerando oportunidades de melhoria que venham a ser identificadas no diagnóstico inicial e que sejam focadas em tratar questões sistêmicas, transformando a cultura de segurança da força de trabalho da Celesc. O Projeto de Transformação Cultural *DuPont Sustainable Solutions* (DSS), foi apresentado a toda força de trabalho da Empresa em abril de 2022. Na sequência, foi realizado um amplo diagnóstico com os empregados para avaliar o nível de maturidade da Cultura em Segurança. Os resultados foram apresentados em *workshops* para Diretoria, Conselho de Administração, Gerentes e Profissionais de Segurança durante os meses de junho e julho. Também foram realizados os primeiros treinamentos previstos no projeto com gerentes e empregados, além da criação e operacionalização de comitês de segurança, que abrangem cada região do Estado de Santa Catarina.

Os comitês descentralizados têm o propósito de desenvolver a governança em segurança. Suas principais atividades envolvem o acompanhamento e a validação de indicadores, a análise crítica de eventos ocorridos, o planejamento futuro em segurança e as deliberações sobre recursos e ações preventivas na área. Coordenados por gestores regionais, os comitês promovem melhorias e boas práticas em segurança e saúde no trabalho.

Ainda no escopo do Projeto de Transformação Cultural, no pilar governança, foi iniciado o Programa de Desenvolvimento de Líderes Eficazes em Segurança, que envolvem *workshops* e sessões de *coaching* individuais e coletivas, tendo alcançado até o fim de 2022, 170 gestores. A abordagem utilizada é recomendada pela consultoria DSS, especializada em Gestão de Segurança e Riscos Ocupacionais e tem como base metodologias de gestão de segurança e referencial teórico na neurociência, ciência comportamental e cognitiva.

Nesse contexto, e considerando os aspectos legais ligados ao atendimento das Normas Regulamentadoras (NRs), a área de Segurança do Trabalho possui atuação sobre todos os setores, pessoas e processos organizacionais da Empresa, citando como exemplo atividades específicas de segurança (inspeções, formulação e monitoramento de indicadores de segurança, análise de acidentes e

desvios de segurança, gestão de CIPAs, emissão de laudos, especificação de Equipamentos de Proteção, atendimento à legislação e treinamentos); saúde (exames ocupacionais, atendimento, gestão de afastamentos); e bem-estar (programas e atendimento psicossocial). Cabe ainda lembrar que, somadas a todas essas atividades, está a atuação frente às Empresas contratadas, sob as quais a Empresa possui responsabilidade solidária e tem como principal ferramenta, além da análise e controle dos documentos legais, o acompanhamento por meio de inspeções de segurança.

Em busca da melhoria dos processos, em 2022 a Celesc implantou sistema informatizado para registro e gestão das inspeções de segurança, compatível com uso em dispositivos móveis (*Tablets* e *Smartphones*) e também em *desktop*. Além de eliminar o uso de papel nas inspeções o recurso traz agilidade ao processo e possibilita o tratamento das informações. A plataforma ainda conta com a integração com *dashboard*, otimizando a leitura e o acompanhamento das situações encontradas em campo.

5.7. Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	2022			2021 (Reclassificado)		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)			183.022			261.763
- Resultado Operacional (RO)			135.988			236.157
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)			0			0
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	-	-	-	-	-	-
- Encargos Sociais Compulsórios	-	-	-	-	-	-
- Previdência Privada	-	-	-	-	-	-
- Saúde	-	-	-	-	-	-
- Segurança e saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
- Educação	-	-	-	-	-	-
- Cultura	-	-	-	-	-	-
- Capacitação e Desenv. Profissional	-	-	-	-	-	-
- Creches ou Auxílio-creche	-	-	-	-	-	-
- Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Cultura	35	0,03	0,02	158	0,07	0,06
- Saúde e Saneamento	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Esporte	0	0,00	0,00	39	0,02	0,02
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Outros	0	0,00	0,00	79	0,03	0,03
Total das Contribuições p/ a Sociedade	35	0,03	0,02	276	0,12	0,11
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	51.917	38,18	28,37	90.252	38,22	34,48
Total - Indicadores Sociais Externos	51.952	38,20	28,39	90.528	38,33	34,58
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	981.367	721,66	536,20	907	0,38	0,35
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	0	0,00	0,00	132	0,06	0,05
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	981.367	721,66	536,20	1.039	0,44	0,40
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %		
	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2022			2021		
- Nº de empregados(as) ao final do período	-	-	-	-	-	-
- Nº de admissões durante o período	-	-	-	-	-	-
- Nº de empregados(as) terceirizados	44	-	-	43	-	-
- Nº de estagiários(as)	-	-	-	3	-	-
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-	-	-	-	-	-
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	-	-	-	-	-	-
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	-	-	-	-	-	-
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-	-	-	-	-	-
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-	-	-	-	-	-
- Nº de pessoas com deficiência	-	-	-	-	-	-
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2022			Metas 2023		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	-	-	-	-	-	-
- Número total de acidentes de trabalho	1	-	-	0	-	-
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentivar e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[x] são sugeridos	[] são exigidos	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] serão exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[] apoia	[x] organiza e incentiva	[] não se envolve	[] apoia	[x] organizar e incentivar
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa 67.539	no Procon 1.689	na Justiça 6.324
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa -	no Procon -	na Justiça -	na Empresa -	no Procon -	na Justiça -
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022	194.553		Em 2021	281.038	
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,69% governo	9,63% empregados		32,11% governo	5,83% colaboradores	
	5,20% terceiros	35,06% retido	23,42% acionistas	3,06% terceiros	43,56% retido	15,43% acionistas
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 08.336.783/0001-78 UF: SC	Coordenação:		Regiane Marlene Dias - Fone:(48) 3231 5520 E-mail: regianemd@celesc.com.br			
Sector Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica	Contadora:		Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151 E-mail: rogeriarm@celesc.com.br CRC/SC - 024.797/O-0			
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

6. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

7. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 29 de março de 2023.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	2022	2021
Circulante		140.062	158.629
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	56.826	63.400
Contas a Receber de Clientes	9	15.800	18.980
Estoques		73	77
Tributos a Recuperar	10	2.300	2.297
Adiantamento a Fornecedores		1.805	1.805
Despesas Antecipadas		1.043	125
Dividendos e JCP a Receber	11	4.656	1.054
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	12	40.019	36.771
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	13.2	17.536	34.115
Outros		4	5
Não Circulante		815.408	765.735
Realizável a Longo Prazo		532.197	515.008
Mútuos	14	81.701	71.174
Depósitos Judiciais	23	1.212	112
Tributos a Recuperar	10	768	925
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	13.1	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	12	306.791	292.578
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	13.2	139.304	132.798
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		-	15.000
Investimentos	15	110.956	88.423
Imobilizado	16	126.094	114.462
Intangível	17	46.161	47.842
Total do Ativo		955.470	924.364

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	2022	2021
Circulante		73.332	91.917
Fornecedores	18	7.316	8.864
Debêntures	19	2.849	35.256
Tributos a Recolher	20	21.239	6.507
Taxas Regulamentares	22	498	398
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio - JCP Propostos	24	38.724	39.379
Outros		2.706	1.513
Não Circulante		130.374	141.024
Debêntures	19	39.611	57.401
Tributos Diferidos	21	89.214	82.592
Taxas Regulamentares	22	1.549	1.031
Provisão p/ Contingências	23	-	-
Patrimônio Líquido		751.764	691.423
Capital Social	24.1	450.000	450.000
Reserva Legal	24.2	35.679	29.990
Reserva de Retenção de Lucros	24.2	237.296	189.458
Dividendos a Disposição da AGO	24.3	15.319	7.876
Ajuste de Avaliação Patrimonial	24.4	13.470	14.099
Total do Passivo		955.470	924.364

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2022	2021
Receita Operacional Líquida – ROL		183.022	261.763
Receita Líquida de Vendas	26	183.022	261.763
Custos de Vendas		(37.709)	(47.402)
Custo de Operação	27	(37.709)	(47.402)
Lucro Bruto		145.313	214.361
Despesas Operacionais		(9.325)	21.796
Vendas	27	(88)	35.939
Gerais e Administrativas	27	(20.579)	(19.902)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	27	(495)	(1.765)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15 – letra b	11.837	7.524
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		135.988	236.157
Resultado Financeiro	28	8.732	(2.093)
Receitas Financeiras		18.718	6.396
Despesas Financeiras		(9.986)	(8.489)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL		144.720	234.064
IRPJ e CSLL	21 – letra d	(30.946)	(68.256)
Corrente		(24.324)	(10.134)
Diferido		(6.622)	(58.122)
Lucro Líquido do Exercício		113.774	165.808

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício		113.774	165.808
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		113.774	165.808

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Retenção Lucros	Dividendos Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial Custo Atribuído	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 31.12.2020	250.000	21.700	279.900	2.798	14.589	-	568.987
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício (Nota 24.3)	-	-	-	-	-	165.808	165.808
Realização do Custo Atribuído (Nota 24.4)	-	-	-	-	(490)	490	-
Mutações Internas do PL							
Aumento de Capital Social	200.000	-	-	-	-	-	200.000
Reserva Legal (Nota 24.3)	-	8.290	-	-	-	(8.290)	-
Dividendos e JCP	-	-	-	(2.798)	-	(43.371)	(46.169)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	(90.442)	-	-	(106.761)	(197.203)
Reserva p/ Destinação (Nota 24.3)	-	-	-	7.876	-	(7.876)	-
Saldos em 31.12.2021	450.000	29.990	189.458	7.876	14.099	-	691.423
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício (Nota 24.3)	-	-	-	-	-	113.774	113.774
Realização do Custo Atribuído (Nota 24.4)	-	-	-	-	(629)	629	-
Mutações Internas do PL							
Reserva Legal (Nota 24.3)	-	5.689	-	-	-	(5.689)	-
Dividendos e JCP (Nota 24.3)	-	-	-	(7.876)	-	(45.557)	(53.433)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	47.838	-	-	(47.838)	-
Reserva p/ Destinação (Nota 24.3)	-	-	-	15.319	-	(15.319)	-
Saldos em 31.12.2022	450.000	35.679	237.296	15.319	13.470	-	751.764

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	2022	2021
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		144.720	234.064
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais		(93.315)	(118.101)
Depreciação e Amortização		3.366	(9.539)
Baixas de Ativo Imobilizado/Intangível		-	116.221
Repactuação Risco Hidrológico – GSF		-	(45.879)
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i> de Imobilizado		516	42
Constituição (Reversão) de Provisão p/ Contingências Passivas		-	(490)
Juros e Variações Monetárias		(720)	9.462
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		(827)	(36.802)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15 – letra b	(11.837)	(7.524)
Atualização Monetária Bonificação de Outorga		(57.705)	(64.284)
Atualização Monetária Indenização Projeto Básico Usina Pery		(26.108)	(79.308)
Aumento (Redução) nos Ativos		91.983	(19.093)
Adiantamento a Fornecedores		-	(887)
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga		40.244	36.522
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery		36.181	(87.605)
Contas a Receber de Clientes		4.007	47.549
Depósitos Judiciais		(1.100)	241
Estoques		4	15
Tributos a Recuperar		(1.435)	74
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital		15.000	(15.000)
Outros Créditos		(918)	(2)
Aumento (Redução) nos Passivos		(4.080)	(4.111)
Fornecedores		(1.548)	1.334
Tributos a Recolher		(4.343)	(3.062)
Taxas Regulamentares		618	(2.540)
Outros Passivos		1.193	157
Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações		139.308	92.759
Juros Pagos	19 – letra c	(6.968)	(6.166)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pago		(10.492)	(22.009)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais		121.848	64.584
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Adições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível		(13.833)	(19.334)
Integralização de Capital nas Investidas		(18.712)	(4.633)
Redução de Capital nas Investidas		-	1.300
Dividendos Recebidos		4.414	578
Partes Relacionadas – Contrato de Mútuo com a Celesc D		-	22.078
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento		(28.131)	(11)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamentos de Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	24 – letra d	(47.255)	(20.546)
Custos na Liquidação de Debêntures	19 – letra a	(95)	-
Pagamentos de Debêntures	19 – letra a	(52.941)	(35.295)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(100.291)	(55.841)
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.574)	8.732
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		63.400	54.668
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		56.826	63.400
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.574)	8.732

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	2022	2021 Reclassificado
Receitas	206.077	320.146
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	205.235	283.344
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	827	36.802
Outras Receitas	15	-
Insumos Adquiridos de Terceiros	(39.922)	(63.002)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(26.008)	(48.541)
Materiais, Energia e Serviços de terceiros	(13.398)	(14.419)
Perdas/Recuperação de Ativos	(516)	(42)
Valor Adicionado Bruto	166.155	257.144
Depreciação, Amortização	(3.366)	9.538
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	162.789	266.682
Valor Adicionado Recebido em Transferência	31.764	14.356
Receitas Financeiras	19.919	6.829
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.837	7.524
Outras	8	3
Valor Adicionado Total a Distribuir	194.553	281.038
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	(18.745)	(16.386)
Salários	(17.834)	(15.603)
Benefícios	(58)	(69)
FGTS	(853)	(714)
Impostos, Taxas e Contribuições	(51.917)	(90.252)
Federais	(51.875)	(90.227)
Estaduais	(35)	(25)
Municipais	(7)	-
Remuneração de Capital de Terceiros	(10.117)	(8.592)
Juros	(9.986)	(8.488)
Aluguéis	(131)	(104)
Remuneração de Capitais Próprios	(45.557)	(43.371)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(45.557)	(26.611)
Dividendos	-	(16.760)
Lucro Retido do Exercício	(68.217)	(122.437)
Valor Adicionado Distribuído	(194.553)	(281.038)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celesc Geração S.A. – Celesc G, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo: I – projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como serviços correlatos; II – operar os sistemas diretamente ou através de Empresas associadas III – desenvolver empreendimentos de geração de energia elétrica, podendo estabelecer parcerias com Empresas públicas ou privadas; IV – promover pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética; e V - participar, na condição de acionista, de Empresas prestadoras de serviços públicos de geração de energia elétrica, de distribuição de água, de saneamento, de distribuição de gás, de telecomunicações e de tecnologia de informação.

A Celesc G está domiciliada na Avenida Itamarati, 160, Bloco A1, Térreo, Bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

No Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Empresa apresentou um cálculo de capital circulante líquido no valor de 1,91.

1.1. Relatório ESG

Em 2022, a Celesc publicou seu primeiro Relatório acerca do tema ESG, sigla em inglês que advém dos termos environmental (ambiental), social (social) e governance (governança). Nesse Relatório, a Companhia destacou seus principais feitos nessas áreas, apresentando: indicadores ambientais, como mudanças climáticas, água, resíduos sólidos, mitigação de impactos e biodiversidade; indicadores sociais, como diversidade, emprego, treinamento, saúde e segurança no trabalho, consumidores e comunidade; e indicadores de governança, entre os quais foram avaliados a independência do Conselho de Administração, o número de mulheres que participam do Conselho de Administração e, por fim, o número de mulheres que ocupavam cargos na Diretoria Executiva. A Companhia mantém o compromisso de desenvolver suas atividades pautadas na ética e compliance (conformidade, em inglês), privacidade de dados e gestão de riscos, ato que reforça o compromisso da Companhia com esses aspectos.

As ações em ESG encontram respaldo no Plano Diretor Celesc 25-35, documento que define o planejamento estratégico da Companhia no longo prazo, especificamente no que concerne ao Objetivo Estratégico de “Garantir práticas éticas e sustentáveis, ambiental e socialmente”.

Além disso, a Celesc reforça o comprometimento com os princípios de sustentabilidade em seus valores e princípios, bem como suas políticas corporativas, seus projetos socioambientais, de governança e de eficiência energética. A Companhia não mapeou riscos relacionados ao tema e não possui impacto contábil.

2. PERFIL EMPRESARIAL

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de geração foi repassada pela Celesc à Celesc G.

A Celesc G é subsidiária integral da Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1. Parque Gerador

Em 31 de dezembro de 2022, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

A Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial é de 126,51 MW (não auditado), sendo 115,27 MW (não auditado) referentes ao parque próprio e 11,24 MW (não auditado) referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

2.2. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054*	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053*	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053*	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053*	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039*	13,92	6,77	(***)
CGH Caveiras	Lages/SC	(**)	3,83	2,77	(***)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(**)	2,60	2,03	(***)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(**)	0,52	0,50	(***)
CGH Pirai	Joinville/SC	(**)	0,78	0,45	(***)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(**)	0,42	0,22	(***)
Total			115,27	70,16	

(*) Usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico conforme REN ANEEL nº 895/2020 e receberão extensão de 7 anos ao prazo de concessão, exceto Celso Ramos que receberá extensão 4,2 anos de concessão.

(**) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(***) Não se aplica.

2.3. Parque Gerador com Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha*	Passos Maia/SC	06/09/2041*	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)**	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)**	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)**	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045****	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048****	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(*) Concessão estendida nos termos da Resolução Autorizativa nº 13.079/2022 e Lei 14.120/2021.

(**) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(***) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(****) Concessão estendida nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.318/2022 e Lei 14.120/2021.

2.4. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

A Empresa possui uma carteira de projetos de ampliação/reactivação das usinas próprias. A tabela abaixo apresenta os referidos projetos e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Empresa busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reactivação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2022	Obras em Licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	5,57	9,40	(**)	Revisão de Projeto Básico
Total			43,11	34,82	77,93		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(**) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

2.5. EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Celesc em 18 de fevereiro de 2022, a SPE obteve autorização do ONS – Operador Nacional do Sistema para operação comercial das instalações, com seis meses de antecipação frente ao cronograma regulatório, sendo que uma primeira etapa do projeto entrou em operação parcial em 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação frente ao estabelecido pela ANEEL.

A EDP Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017.

2.6. Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

O Generation Scaling Factor - GSF é um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas dessas usinas. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas participantes do mecanismo para efeitos de contabilização das operações na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detinha liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do *GSF*.

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (*GSF*), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, sete usinas da Celesc G. Decorrentes desses atos, foram firmados os Termos Aditivos aos Contratos de Concessão 006/20213, 006/2016 e 007/2016.

Em síntese, as usinas da Celesc G tiveram a seguinte extensão de outorga:

Usinas	Prazo de Extensão	Garantia Física
UHE Garcia	7 anos	70%
UHE Bracinho	7 anos	70%
UHE Cedros	7 anos	70%
UHE Palmeiras	7 anos	70%
UHE Salto	7 anos	70%
UHE Pery	7 anos	100%
PCH Celso Ramos	4 anos e 2 meses	100%

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente foi reconhecido, em 2021, ao valor justo no grupo de Intangíveis no montante de R\$45,9 milhões e será amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

As CGHs Ivo Silveira, São Lourenço, Piraí, Rio do Peixe e Caveiras não foram contempladas pela Lei nº 14.052/2020. Até o momento a ANEEL não apresentou nenhuma proposta de repactuação para as CGH's. A Celesc G mantém as liminares existentes para estas CGH's.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras, emitidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão descritas a seguir.

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa em 27 de março de 2023, conforme estabelece o artigo 17 da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos Exercícios, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.6)
- b) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD; (Nota 9)
- c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga; (Nota 12)
- d) Ativo Financeiro - Indenização Projeto Básico Usina Pery; (Nota 13.2)
- e) *Impairment* de Ativos Não Financeiros;
- f) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos; (Nota 21)
- g) Contingências; (Nota 23)
- h) Depreciação; (Nota 16)
- i) Ativo Intangível Repactuação do Risco Hidrológico – Celesc G. (Nota 17).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado – VJR, reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23 (*IAS 8*), que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que incorreções podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis. Estabelece, ainda, que a empresa deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reclassificação dos valores comparativos para o Exercício anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A empresa revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no pronunciamento técnico CPC 09, observaram-se classificações inadequadas entre as rubricas, sobretudo na divulgação de créditos de tributos sobre insumos adquiridos de terceiros, encargos sociais, entre outros. Embora tais inadequações não causem alterações e prejuízos às demonstrações da situação patrimonial e de resultado, entendeu-se prudente promover as correções nesta divulgação e, para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Descrição	31.12.2021	Reclassificação	31.12.2021 (Reclassificado)
Receitas	320.146	-	320.146
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	283.344	-	283.344
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	36.802	-	36.802
Insumos Adquiridos de Terceiros	(63.004)	2	(63.002)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(54.692)	6.151	(48.541)
Materiais, Energia e Serviços de terceiros	(8.270)	(6.149)	(14.419)
Perdas/Recuperação de Ativos	(42)	-	(42)
Valor Adicionado Bruto	257.142	2	257.144
Depreciação, Amortização	9.539	(1)	9.538
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	266.681	1	266.682
Valor Adicionado Recebido em Transferência	13.920	436	14.356
Receitas Financeiras	6.396	433	6.829
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.524	-	7.524
Outras	-	3	3
Valor Adicionado Total a Distribuir	280.601	437	281.038
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal	(16.384)	(2)	(16.386)
Salários	(15.670)	67	(15.603)
Benefícios	-	(69)	(69)
FGTS	(714)	-	(714)
Impostos, Taxas e Contribuições	(89.819)	(433)	(90.252)
Federais	(89.656)	(571)	(90.227)
Estaduais	(66)	41	(25)
Municipais	(97)	97	-
Remuneração de Capital de Terceiros	(8.590)	(2)	(8.592)
Juros	(7.867)	(621)	(8.488)
Aluguéis	(101)	(3)	(104)
Outras Despesas Financeiras	(622)	622	-
Remuneração de Capitais Próprios	(43.371)	-	(43.371)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(26.611)	-	(26.611)
Dividendos	(16.760)	-	(16.760)
Lucro Retido do Exercício	(122.437)	-	(122.437)
Valor Adicionado Distribuído	(280.601)	(437)	(281.038)

4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 17	CPC 50	Contratos de seguro.	01/01/2023
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB
IAS 1	CPC 26	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
IAS 1	CPC 26	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8	CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12	CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação	01/01/2023

A normas evidenciadas não têm impacto sobre as Demonstrações Financeiras da Empresa.

4.4. Principais Políticas Contábeis

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

a) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Empresa em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

4.4.1. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.5. Instrumentos Financeiros

4.5.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Essa classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Celesc G classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Celesc G classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecido no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4.5.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve, após o seu reconhecimento inicial, ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.5.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.5.4. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplências e nas taxas de perdas esperadas. A Celesc G aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda será reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada, liquidação de energia no âmbito da CCE e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

São reconhecidas ao valor faturado deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Celesc G não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.8. Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, optando-se pelo menor entre os dois.

4.9. Imposto de Renda e Contribuição Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por Empresa contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo no momento da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas Empresas e autoridades tributáveis.

4.10. Depósitos Judiciais

A Empresa mantém registrado nesta rubrica valores depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

4.11. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias da Celesc G. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

4.11.1. Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, optando-se pelo menor entre os dois.

4.12. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

a) Programas de Computador – *Softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 17). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

b) *Ágio*

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Empresa adquirida e amortizado com base no prazo da concessão.

c) GSF

Ao estender o prazo de concessão das usinas geradoras hidrelétricas, uma vez que elas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o poder concedente compensa as geradoras, cedendo um direito não pecuniário em forma de extensão do prazo de concessão com caráter de recuperação de custos incorridos, advindos das parcelas de risco não hidrológico que impactam na formação do GSF, a partir de 2013.

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente possui os critérios indicados pela norma CPC 04 (R1) – Ativo Intangível para o reconhecimento deste ativo pelo valor justo e será amortizado linearmente, até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada. A contrapartida foi contabilizada como recuperação de custos na rubrica Custo com Energia Elétrica de Curto Prazo.

4.13. Impairment de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

4.14. Ativo Financeiro

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.14.1. Indenizável – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Empresa possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado – VJR.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Empresa, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

4.14.2. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Esses valores foram contabilizados inicialmente no momento do pagamento em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.14.3. Indenização Projeto Básico Usina Pery

Aplica-se o disposto no ICPC 01 - Contratos de Concessão, em que o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, considerando que um Ativo Financeiro é quando há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O saldo do ativo financeiro das concessões é calculado deduzindo-se o valor mensal recebido por meio da RAG, somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR) e a atualização monetária pelo IPCA.

4.15. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

4.16. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.16.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

4.16.2. Debêntures

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado ou em imobilizações em andamento, conforme orientações do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

4.16.3. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Empresa, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.18. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.19. Capital Social

O Capital Social da Empresa atualizado, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$450,0 milhões.

4.20. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades da Empresa. É apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando: a) identificar o(s) contrato(s) com um cliente; b) identificar as obrigações de performance; c) determinar o preço da transação, por obrigação de desempenho; d) alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e) reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Empresa cumprir as obrigações de desempenho.

4.20.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

4.20.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes adicionais específicos.

4.20.3. Energia de Curto Prazo

A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em que são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.20.4. Receita de Atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Empresa reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de “Receita Operacional”.

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

4.20.5. Receita Financeira de Atualização da Indenização da Usina UHE Pery

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Empresa reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de indenização, dos investimentos realizados em bens que não estavam totalmente depreciados no final da concessão, dentro do grupo de “Receita Operacional”. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR. O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão.

4.20.6. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Empresa desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Empresa.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito

a) Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico-financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez

a) Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

b) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	56.826	-	-	-	-	56.826
Contas a Receber	-	13.910	1.890	-	-	-	15.800
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	IPCA	3.508	6.916	29.595	121.404	185.387	346.810
Ativo Financeiro - Ind. Proj. Básico Usina Pery	IPCA	1.534	3.026	12.976	53.720	85.584	156.840
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	1.212	-	1.212
Total Ativo		75.778	11.832	42.571	178.757	270.971	579.909
Fornecedores	-	7.316	-	-	-	-	7.316
Debêntures	CDI + 2,5%	-	-	-	-	-	-
Debêntures	IPCA + 4,3%	-	2.849	-	22.631	16.980	42.460
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	-	-	-	38.724	-	-	38.724
Empregados a disposição	-	1.784	-	-	-	-	1.784
Total Passivo		9.100	2.849	38.724	22.631	16.980	90.284

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

a) Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta dos recursos.

5.2.2. Categoria Processo

a) Resguardo de Ativos

Risco de comprometimento da(s) operação(ões) da Empresa decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados em ativos patrimoniais.

5.2.3. Categoria Pessoal

a) Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

b) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

a) Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes de indisponibilidade ou acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à interrupção de sistemas críticos, falhas na segurança da informação ou violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.3. Classe de Risco de Conformidade

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

a) Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais expondo a Empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

b) Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em virtude de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Empresa, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

c) Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

d) Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

5.4. Classe de Risco Estratégico

5.4.1. Categoria Governança

a) Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Categoria Estratégia

a) Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade Empresarial.

5.5. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc G pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela abaixo apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures	18 – letra a	42.460	92.657
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(56.826)	(63.400)
Dívida Líquida		(14.366)	29.257
Total do Patrimônio Líquido		751.764	691.423
Total do Capital		737.398	720.680
Índice de Alavancagem Financeira (%)		-1,9%	4,1%

5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Empresa aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Empresa possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis

(Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022. A Celesc G não possui passivos mensurados a valor justo nessa data-base.

Descrição – Nível 3	31.12.2022	31.12.2021
Valor Justo Por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Total do Ativo	2.421	2.421

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Para o Ativo Financeiro Indenizável - Concessão, avaliados a VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	577.488	2.421	-	579.909
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.826	-	-	56.826
Contas a Receber de Clientes	15.800	-	-	15.800
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	346.810	-	-	346.810
Ativo Financeiro - Indenização Projeto Básico Usina Pery	156.840	-	-	156.840
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	1212	-	-	1212
Passivo	-	-	90.284	90.284
Fornecedores	-	-	7.316	7.316
Debêntures	-	-	42.460	42.460
Dividendos e JCP	-	-	38.724	38.724
Empregados a disposição	-	-	1.784	1.784

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros, em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	578.754	2.421	-	581.175
Caixa e Equivalentes de Caixa	63.400	-	-	63.400
Contas a Receber de Clientes	18.980	-	-	18.980
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	329.349	-	-	329.349
Ativo Financeiro - Indenização Projeto Básico Usina Pery	166.913	-	-	166.913
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	112	-	-	112
Passivo	-	-	142.379	142.379
Fornecedores	-	-	8.864	8.864
Debêntures	-	-	92.657	92.657
Dividendos e JCP	-	-	39.379	39.379
Empregados a disposição	-	-	1.479	1.479

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

Contas a Receber de Clientes	31.12.2022	31.12.2021
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	15.800	18.980
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	-	-
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	6.557	7.384
Total	22.357	26.364

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc G mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Recursos em Banco e em Caixa	471	270
Aplicações Financeiras	56.355	63.130
Total	56.826	63.400

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Consumidores (i)	2.604	-	6.385	8.989	9.072
Industrial	-	-	6.385	6.385	6.518
Industrial – Não Faturado	2.223	-	-	2.223	1.525
Comercial	381	-	-	381	1.029
Suprimento a Outras Concessionárias	13.368	-	-	13.368	17.292
Concessionárias e Permissionárias (ii)	1.494	-	-	1.494	3.328
Concessionária e Permissionárias - Não Faturado	9.812	-	-	9.812	12.846
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (iii)	2.062	-	-	2.062	1.118
Total	15.972	-	6.385	22.357	26.364
PECLD com Clientes	(172)	-	(6.385)	(6.557)	(7.384)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido				15.800	18.980
Circulante				15.800	18.980
Não Circulante				-	-

(i) Consumidores

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo e leilões de venda de energia de curto prazo para consumidores Industriais e Comerciais. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(ii) Concessionárias e Permissionárias

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo no ACL e no ACR e leilões de venda de energia de curto prazo para Distribuidoras e Comercializadoras. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(iii) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE, a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de aproximadamente 40 dias, excluídas as inadimplências que são rateadas entre os agentes de mercado.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A movimentação no ano de 2022 está demonstrada a seguir:

Descrição	Industrial	Concessionárias e Permissonárias (i)	Total
Saldo em 31.12.2020	6.385	37.801	44.186
Provisão Líquida no Exercício	-	11.552	11.552
Baixa no Contas a Receber	-	(48.354)	(48.354)
Saldo em 31.12.2021	6.385	999	7.384
Provisão Líquida no Exercício	-	236	236
Baixa no Contas a Receber	-	(1.063)	(1.063)
Saldo em 31.12.2022	6.385	172	6.557

A Celesc G, após análise das prerrogativas previstas no *IFRS 9/CPC 48*, e com base no histórico de perdas no recebimento de créditos, considera que os valores estimados para perdas atendem à norma contábil.

(i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste *Generation Scaling Factor – GSF*

Em 27 de setembro de 2021, a Celesc G comunicou à CCEE a retirada da ação judicial existente para as UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos. O valor da PECLD destas usinas foi revertido em sua totalidade até outubro de 2021. A Celesc G mantém as liminares referentes às CGH's e aguarda desfecho por parte da ANEEL.

Os valores referentes aos ajustes na Celesc G das medidas liminares relacionadas às CGH's, no exercício de 2022, acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, foram no importe de R\$236,0 mil. Ao longo do exercício, foi revertido R\$1,1 milhão devido ao seu recebimento.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da PECLD é de R\$172,0 mil, referente às CGHs, pelas quais a Celesc G mantém a ação judicial (Nota 2.6).

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
ICMS	2.014	2.045
PIS/COFINS	-	5
IRPJ /CSLL	1.054	1.172
Total	3.068	3.222
Circulante	2.300	2.297
Não Circulante	768	925

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

11. DIVIDENDOS e JCP A RECEBER

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos EDP Transmissão Aliança SC S.A.	1.078	-
JCP EDP Transmissão Aliança SC S.A.	3.578	1.054
Circulante	4.656	1.054
Não Circulante	-	-

12. ATIVO FINANCEIRO – BONIFICAÇÃO DE OUTORGA

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do Ativo Financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

a) Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.902, de 20 de julho de 2021, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022;

b) Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.068, de 12 de julho de 2022, com vigência de 01 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023;

c) Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;

d) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Saldo em 31.12.2020	43.944	63.048	48.139	29.048	117.408	301.587
Atualização Monetária	4.139	5.939	4.541	2.721	11.119	28.459
Juros	5.400	7.857	5.799	4.060	12.709	35.825
Amortização/Baixa	(5.497)	(7.937)	(5.890)	(4.040)	(13.158)	(36.522)
Saldo em 31.12.2021	47.986	68.907	52.589	31.789	128.078	329.349
Circulante						36.771
Não Circulante						292.578
Atualização Monetária	2.718	3.904	2.980	1.798	7.265	18.665
Juros	5.883	8.569	6.321	4.436	13.831	39.040
Amortização/Baixa	(6.057)	(8.746)	(6.490)	(4.452)	(14.499)	(40.244)
Saldo em 31.12.2022	50.530	72.634	55.400	33.571	134.675	346.810
Circulante						40.019
Não Circulante						306.791

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

13.1. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Mais recentemente, como conclusão da Audiência Pública nº 3 de 2019, a ANEEL publicou, em 22 de julho de 2021, a REN nº 942, alterando a REN nº 596/2013. Visando ao atendimento das determinações do regulamento então estabelecido, a Celesc G. reforçou o pleito de indenização. Além disso, foi contratada avaliadora credenciada na ANEEL para confecção de laudo de avaliação dos ativos a serem indenizados. O laudo foi protocolado, e aguarda a etapa de fiscalização, visando ao reconhecimento do valor, cujos saldos dos imobilizados estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	31.12.2022	31.12.2021
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

13.2. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Descrição	Usina Pery	Total
Saldo em 31.12.2020	-	-
Ingressos	114.496	114.496
Atualização Monetária	20.122	20.122
Juros	59.186	59.186
Amortização/Baixa	(26.891)	(26.891)
Saldo em 31.12.2021	166.913	166.913
Circulante		34.115
Não Circulante		132.798
Atualização Monetária	8.445	8.445
Juros	17.663	17.663
Amortização/Baixa	(36.181)	(36.181)
Saldo em 31.12.2022	156.840	156.840
Circulante		17.536
Não Circulante		139.304

A partir de 1º julho de 2021, a Celesc G passou a receber a indenização retroativa a 1º de julho de 2018, através da RAG.

O saldo de R\$156,8 milhões existente em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao valor reconhecido a título de indenização do Projeto Básico da usina Pery no montante de R\$114,5 milhões, aprovado pelo Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, emitido pela ANEEL, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que para o ciclo de 2022/2023, R\$18,6 milhões se referem à indenização. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

14. PARTES RELACIONADAS

14.1. Saldos e Transações

A Celesc G possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião no dia 28 de junho de 2018.

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo são:

Descrição	Ativo			Passivo	
	Contas a Receber de Clientes	Tributos a Recuperar	Fornecedores	Tributos a Recolher	Outros
Celesc Distribuição S.A.					
Mútuos (i)	71.174	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	1.479
Encargos Uso Rede Elétrica	-	-	280	-	-
Consumo de Energia Elétrica	-	-	3	-	-
Governo do Estado de SC					
ICMS	-	2.045	-	37	-
Saldo em 31.12.2021	71.174	2.045	283	37	1.479
Celesc Distribuição S.A.					
Mútuos (i)	81.701	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	1.784
Encargos Uso Rede Elétrica	-	-	295	-	-
Consumo de Energia Elétrica	-	-	8	-	-
Governo do Estado de SC					
ICMS	-	2.014	-	21	-
Saldo em 31.12.2022	81.701	2.014	303	21	1.784

(i) Contrato de Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Empresa aprovou o repasse de R\$70,0 milhões da Celesc G à Celesc D na forma de contrato de mútuo. A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.316, de 19 de outubro de 2021, tendo sido firmado o contrato entre as partes em 1º de novembro de 2021, data em que foram repassados os recursos. O contrato prevê o acréscimo de juros ao valor principal, com base na remuneração do CDI + 2,1% ao ano, e tinha vigência de 12 meses.

Os recursos repassados tiveram a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do contrato de concessão e de todas as exigências regulatórias para o alcançar dos indicadores de qualidade.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de outubro de 2022, foi aprovada a prorrogação desse contrato por mais 12 meses, visando adequar o fluxo de caixa da Celesc D às necessidades operacionais e de investimento, mitigando os riscos de não cumprimento das obrigações financeiras nos exercícios de 2022 e 2023.

Até 31 de dezembro de 2022, já foram reconhecidos R\$10,5 milhões de juros remuneratórios.

A movimentação no resultado do exercício é:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais			Receita	
	Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	Pessoal	Consumo de Energia Elétrica	Receita Financeira	Receita de Suprimento
Celesc Distribuição S.A.	2.742	16.384	43	1.420	5.085
Saldo em 31.12.2021	2.742	16.384	43	1.420	5.085
Celesc Distribuição S.A.	3.213	18.745	91	10.527	5.631
Saldo em 31.12.2022	3.213	18.745	91	10.527	5.631

14.2. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme regimenta o Estatuto Social da Celesc G, a estrutura e a composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes da controladora Celesc, sendo vedada a remuneração destes membros pela Empresa. Dessa forma, em 2022 e 2021, não houve remuneração aos administradores pela Celesc G.

15. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Rondinha Energética S.A.	13.791	14.198
Cia Energética Rio das Flores	10.284	9.523
Xavantina Energética S.A.	11.016	10.649
Garça Branca S.A.	19.409	18.507
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	56.174	35.264
Ágio na Aquisição de Investimentos	282	282
Total	110.956	88.423

a) Informações sobre Investimentos

A estrutura societária formada com parcerias é a seguinte:

Descrição	Ações da Empresa		Participação da Empresa		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receita Operacional Líquida	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital	Capital Votante							
Saldo em 31.12.2021											
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	5.434	44.528	3.575	2.700	43.687	11.314	2.665	
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	13.979	53.490	25.180	4.988	37.301	15.235	(11.961)	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.308	33.327	3.324	6.690	26.621	10.799	1.096	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.547	58.510	3.742	18.603	37.712	4.986	(1.037)	
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	16.450	10,00%	10,00%	90.066	2.187.484	65.261	1.847.240	365.049	560.540	88.464	
Saldo em 31.12.2022											
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.598	43.138	2.651	650	42.435	8.289	1.270	
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	18.548	52.927	27.120	4.141	40.214	17.772	12.739	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.301	31.703	3.406	4.058	27.540	11.984	1.767	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.289	57.276	4.008	15.164	39.393	5.149	(353)	
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	16.450	10,00%	10,00%	313.215	2.209.251	124.123	1.806.912	591.431	319.381	72.259	

b) Movimentação de Investimentos

Descrição	Rondinha	Rio das Flores	Xavantina	Garça Branca	EDP Transmissão	Total
Investimentos	14.533	12.793	10.186	18.195	23.209	78.916
Ágio	-	282	-	-	-	282
Saldo em 31.12.2020	14.533	13.075	10.186	18.195	23.209	79.198
Integralizações	-	-	-	833	3.800	4.633
Redução no Capital Social	(1.300)	-	-	-	-	(1.300)
Dividendos e JCP Creditados	-	(391)	-	-	(1.241)	(1.632)
Resultado de Equivalência Patrimonial	965	(2.879)	463	(521)	9.496	7.524
Investimentos	14.198	9.523	10.649	18.507	35.264	88.141
Ágio	-	282	-	-	-	282
Saldo em 31.12.2021	14.198	9.805	10.649	18.507	35.264	88.423
Integralizações	-	-	-	1.112	17.600	18.712
Redução no Capital Social	-	-	-	-	-	0
Dividendos e JCP Creditados	(885)	(2.685)	(400)	-	(4.046)	(8.016)
Resultado de Equivalência Patrimonial	478	3.446	767	(210)	7.356	11.837
Investimentos	13.791	10.284	11.016	19.409	56.174	110.674
Ágio	-	282	-	-	-	282
Saldo em 31.12.2022	13.791	10.566	11.016	19.409	56.174	110.956

c) Ágio na Aquisição de Investimentos

O saldo de ágio na aquisição dos investimentos refere-se à SPE Rio das Flores, no valor de R\$282 mil.

d) Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Empresa tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2022, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 11,54%, é de R\$13,7 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$10,2 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Celesc G:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Qtdade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda ACL R\$394 MW/h, a valores de agosto de 2022, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: 225,00/MHh, a valores de agosto de 2022, corrigido pelo IGP-M até 2027
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base somam R\$3,4 milhões, sendo R\$1,1 milhão vencendo no curto prazo e R\$2,3 milhões no longo prazo, com custo financeiro médio de 12,25% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos dentro dos custos de manutenção.
Pré Tax	11,54%

16. IMOBILIZADO

16.1. Aquisição

Dos investimentos realizados no parque gerador próprio no período de janeiro à dezembro de 2022, no valor de R\$13,8 milhões, foram desembolsados em: encargos e custos das debêntures; montagem e gerador fotovoltaico; em painéis de supervisão e controle; manutenções; automação; aquisição de veículos; segurança e monitoramento e limpeza de grades.

16.2. Composição do Saldo

Descrição	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2020	8.447	13.975	30.949	84.304	673	42	63.023	201.413
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	171.102	1.763	308	63.023	475.625
Provisão p/ Perdas	(4.427)	(23.138)	(436)	(2.778)	-	78	-	(30.701)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.948)	(18.781)	(84.020)	(1.090)	(344)	-	(243.511)
Saldos em 31.12.2020	8.447	13.975	30.949	84.304	673	42	63.023	201.413
Adições	-	-	-	-	-	-	19.134	19.134
Depreciação	-	(559)	(595)	(2.865)	(164)	(8)	-	(4.191)
Reversão/Perda Recup. de Ativos	(3)	(37)	(51)	49	-	-	-	(42)
Baixas – Saldo Bruto	(993)	(13.774)	(37.455)	(90.947)	-	(8)	(22)	(143.199)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	9.134	3.545	14.365	-	4	-	27.048
Ajuste Depreciação Ind. Usina Pery	-	381	3.465	10.452	-	1	-	14.299
(+/-) Transferências	-	94	144	3.416	-	-	(3.654)	-
Saldos em 31.12.2021	7.451	9.214	2	18.774	509	31	78.481	114.462
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	12.855	83.571	1.763	300	78.481	351.560
Provisão p/ Perdas	(4.430)	(23.175)	(487)	(2.729)	-	78	-	(30.743)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(122.992)	(12.366)	(62.068)	(1.254)	(347)	-	(206.355)
Saldos em 31.12.2021	7.451	9.214	2	18.774	509	31	78.481	114.462
Adições	-	-	-	-	-	-	13.798	13.798
Depreciação	-	(345)	(28)	(1.111)	(123)	(19)	-	(1.626)
Reversão/Perda Recup. de Ativos	(10)	(56)	(66)	(313)	(6)	(65)	-	(516)
Baixas – Saldo Bruto	-	-	-	-	39	-	-	39
Baixas – Depreciação Acumulada	-	-	-	-	(39)	-	-	(39)
Ajuste Depreciação Ind. Usina Pery	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Transferências	-	-	169	1.562	37	332	(2.124)	(24)
Saldos em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.912	417	279	90.155	126.094
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.133	1.761	632	90.155	365.295
Provisão p/ Perdas	(7.328)	(123.337)	(12.394)	(63.179)	(1.338)	(366)	-	(207.942)
Depreciação Acumulada	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	(6)	13	-	(31.259)
Saldos em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.912	417	279	90.155	126.094
Taxa Média de Depreciação	0,00%	3,40%	2,44%	3,01%	13,49%	4,19%	0,00%	

(i) No exercício de 2022, a Celesc G concluiu R\$2,1 milhões dos projetos em andamento.

Em setembro de 2021, foi efetuada a baixa do saldo bruto dos bens ainda não amortizados ou depreciados da Usina Pery, apurado do final do prazo de concessão (posteriormente renovada), conforme cláusula décima primeira do contrato de concessão nº 006/2013. O valor baixado e transformado em ativo financeiro leva em consideração o montante total indenizado de R\$114,5 milhões apresentado na Nota Técnica nº 55/2021-SRM/ANEEL, de 28 de junho de 2021.

16.3. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2022 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$516 mil.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma Empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A metodologia consiste em projetar anualmente o fluxo de caixa livre (FCL) dos ativos, obtendo assim a geração de caixa das suas atividades operacionais. O FCL apurado em cada ano é descontado pelo WACC para chegar ao seu valor presente. Dessa forma, são somados todos os fluxos de caixa anuais descontados para chegar ao valor presente do ativo.

Para a análise do parque gerador próprio da Empresa, procedeu-se ao levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio, bem como as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data-base de dezembro de 2022.

Considerou-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2054, por se tratar do prazo final da concessão da Usina Pery, restando no parque gerador da Celesc G apenas as CGHs, as quais não possuem data de término de operação.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias e manutenções das usinas, para manter os ativos na situação atual de operação. Não são considerados investimentos em participações societárias, nem em ampliações de usinas, tendo em vista que estes efeitos não devem impactar os resultados do *Impairment Test*.

Em virtude do regramento estabelecido no Contrato de Concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o Valor Residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito à indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model – CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Empresa tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 11,37% e a Pré Tax também é de 11,24%.

Os valores de perda e reversão do valor recuperável dos ativos por UGC registrados no exercício de 2022 estão demonstrados a seguir:

Usina	Saldo Líquido Antes do Teste de <i>Impairment</i>	Valuation	Provisões	Reversões	Impacto no Resultado
CGH Caveiras	62	17	(46)	-	(46)
PCH Celso Ramos	15.381	15.304	(76)	-	(76)
CGH Ivo Silveira	239	3.759	-	-	-
UHE Pery	20.299	137.690	-	-	-
CGH Pirai	237	(16.995)	(237)	-	(237)
CGH Rio do Peixe	77	(10.749)	(77)	-	(77)
CGH São Lourenço	79	(15.311)	(79)	-	(79)
UHE Palmeiras	13.677	151.672	-	-	-
UHE Bracinho	9.274	86.636	-	-	-
UHE Garcia	7.636	73.913	-	-	-
UHE Cedros	6.725	66.392	-	-	-
UHE Salto	5.855	19.247	-	-	-
CGH Maruim	1	-	(1)	-	(1)
Total	79.542	511.575	(516)	-	(516)

16.4. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	6,6
Veículos	13,7
Móveis e Utensílios	6,4

Operação	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,3
Máquinas e Equipamentos	3,0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4
Veículos	9,1
Móveis e Utensílios	3,6

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução nº 674/2015.

16.5. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Reservatórios, Barragens e Adutoras	121.992	121.610
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.401	11.331
Máquinas e Equipamentos	45.178	43.647
Outros	14.132	14.157
Total	192.703	190.745

17. INTANGÍVEL

Descrição	Softwares Adquiridos	Repactuação		Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
		Risco Hidrológico GSF(i)				
Saldo em 31.12.2020	832	-	70	1.500	2.402	
Custo Total	7.404	-	70	1.500	8.974	
Amortização Acumulada	(6.572)	-	-	-	(6.572)	
Saldo em 31.12.2020	832	-	70	1.500	2.402	
Adições	-	45.879	-	200	46.079	
Baixas – Saldo Bruto	-	-	(70)	-	(70)	
Amortizações	(181)	(388)	-	-	(569)	
Saldo em 31.12.2021	651	45.491	-	1.700	47.842	
Custo Total	7.404	45.879	-	1.700	54.983	
Amortização Acumulada	(6.753)	(388)	-	-	(7.141)	
Saldo em 31.12.2021	651	45.491	0	1.700	47.842	
Adições	41	-	-	18	59	
Baixas – Saldo Bruto	-	-	-	-	0	
Amortizações	(186)	(1.554)	0	0	(1.740)	
Saldo em 31.12.2022	506	43.937	0	1.718	46.161	
Custo Total	7.445	45.879	-	1.718	55.042	
Amortização Acumulada	(6.939)	(1.942)	-	0	(8.881)	
Saldo em 31.12.2022	506	43.937	0	1.718	46.161	
Taxa Média de Amortização	19,5%	3,4%	0,0%	0,0%		

(i) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Estes ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

18. FORNECEDORES

A tabela abaixo demonstra os saldos de fornecedores por tipo de compra:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Encargos de Uso da Rede Elétrica	295	280
Materiais e Serviços	7.021	8.584
Total	7.316	8.864

O encargo de uso da rede são encargos pagos à Celesc D para uso da conexão ao sistema de distribuição.

Em materiais e serviços estão, principalmente, a compra de energia de terceiros para revenda, os seguros das usinas e materiais aplicados na manutenção e automação das usinas do parque gerador próprio, dentre outros materiais.

19. DEBÊNTURES

19.1. Debêntures 2018

Em 1º de junho de 2018, a Celesc G emitiu 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, não atualizados monetariamente, totalizando R\$150,0 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações.

A garantia real foi definida pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de cinco anos, contados da data de suas emissões, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 2,5% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva.

O Conselho de Administração, em reunião no dia 5 de outubro de 2022, aprovou o resgate antecipado facultativo total dessas debêntures, por entender que isso permitiria uma administração e um planejamento econômico-financeiro mais eficiente, não só para a emissora, Celesc G, mas também para a fiadora, Celesc.

Embora a aprovação tenha sido para pagamento em 1º de novembro de 2022, o efetivo resgate ocorreu em 3 de novembro de 2022, com o pagamento de R\$26,5 milhões remanescentes de principal, além de R\$682,1 mil de remuneração, totalizando R\$34,5 milhões ao longo da vigência, e R\$95,0 mil a título de prêmio pela antecipação.

19.2. Debêntures 2020

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciou em junho de 2021 e a amortização iniciará em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2022, já foram pagos R\$3,5 milhões de remuneração.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (covenant) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalente de caixa foi superior às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$14,4 milhões.

a) Movimentação das Debêntures

Descrição	Total
Saldo em 31.12.2020	123.236
Encargos provisionados	7.867
Pagamentos Encargos	(6.166)
Pagamento Principal	(35.295)
Custos na Emissão de Debêntures	558
Juros s/ Obras em andamento	2.457
Saldo em 31.12.2021	92.657
Circulante	35.256
Não Circulante	57.401
Custos na Liquidação	(95)
Encargos provisionados	8.884
Pagamentos Encargos	(6.968)
Pagamento Principal	(52.941)
Custos na Emissão de Debêntures	923
Juros s/ Obras em andamento	-
Saldo em 31.12.2022	42.460
Circulante	2.849
Não Circulante	39.611

b) Custos na Emissão de Debêntures a Apropriar

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Ano 2022	-	626
Ano 2023	134	330
Ano 2024	134	134
Ano 2025	134	134
Ano 2026	134	134
Ano 2027+	528	528
Total	1.064	1.886

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31.12.2020	Custos na Liquidação	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento de Juros (i)	Variações que não afetam o Caixa (ii)	31.12.2021
Debêntures	123.236	-	(35.295)	(35.295)	(6.166)	10.882	92.657
Dividendos e JCP	20.546	-	(20.546)	(20.546)	-	39.379	39.379
Total	143.782	-	(55.841)	(55.841)	(6.166)	50.261	132.036

Descrição	31.12.2021	Custos na Liquidação	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento de Juros (i)	Variações que não afetam o Caixa (ii)	31.12.2022
Debêntures	92.657	(95)	(52.941)	(53.036)	(6.968)	9.807	42.460
Dividendos e JCP	39.379	-	(47.255)	(47.255)	-	46.600	38.724
Total	132.036	(95)	(100.196)	(100.291)	(6.968)	56.407	81.184

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os encargos provisionados de Debêntures totalizaram R\$9.807, sendo R\$923 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas em 2022.

20. TRIBUTOS

20.1. Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro Líquido e IRRF s/ JCP

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
IRPJ	10.043	525
CSLL	2.724	-
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	6.834	3.992
Total a Recolher	4.517	4.517
(-) Tributos a Recuperar	(1.054)	(1.172)
Tributos Líquidos	3.463	3.345

20.2. Outros Tributos

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
ICMS	21	37
PIS e COFINS	1.476	1.654
Outros	141	299
Total a Recolher	1.638	1.990
(-) Tributos a Recuperar	(2.014)	(2.050)
Tributos Líquidos	(376)	(60)

21. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Provisão para contingências de processos judiciais;
 ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;
 CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;
 CPC 27 – Ativo Imobilizado. Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico;
 CPC 39 – Instrumentos financeiros. Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017;
 CPC 48 – Instrumentos Financeiros, referente aos valores do Ativo Financeiro relacionados à indenização da Usina Pery;
 CPC 04 (R1) – Ativo Intangível referente aos valores da repactuação do risco hidrológico GSF.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Ativo	5.925	6.252
Passivo	(95.139)	(88.844)
Tributo Diferido Líquido	(89.214)	(82.592)

Os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos têm a seguinte composição:

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão p/ Contingências	-	-	-	-	-	-
Provisão p/ Perdas em Ativos	5.401	5.447	-	-	5.401	5.447
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	524	805	-	-	524	805
Custo Atribuído	-	-	6.939	7.263	(6.939)	(7.263)
Bonificação de Outorga	-	-	54.139	46.174	(54.139)	(46.174)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	19.123	19.940	(19.123)	(19.940)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	14.938	15.467	(14.938)	(15.467)
Total	5.925	6.252	95.139	88.844	(89.214)	(82.592)

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Empresa e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Empresa considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

As estimativas de realização para o saldo total do ativo de 31 de dezembro de 2022 são:

Anos	31.12.2022	31.12.2021
2023	129	128
2024	129	128
2025	129	128
2026	129	128
Acima de 2027	5.409	5.740
Total	5.925	6.252

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído com os valores de tributos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrado a seguir:

Descrição	Total
Saldo em 31.12.2020	14.589
(-) Baixa do Custo Atribuído	(742)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	252
Saldo em 31.12.2021	14.099
(-) Baixa do Custo Atribuído	(953)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	324
Saldo em 31.12.2022	13.470

d) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	144.720	234.064
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL	(49.205)	(79.582)
Adições e Exclusões Permanentes		
Equivalência Patrimonial	4.024	2.558
Juro sobre o Capital Próprio	14.480	8.626
Benefício Fiscal	-	(94)
Incentivos Fiscais	-	276
Multas Indedutíveis	-	(8)
Outras Adições (Exclusões)	(245)	(32)
Total do IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(30.946)	(68.256)
Corrente	(24.324)	(10.134)
Diferido	(6.622)	(58.122)
Alíquota Efetiva	21,38%	29,16%

22. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH (i)	306	163
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (ii)	64	70
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (iii)	1.677	1.196
Total	2.047	1.429
Circulante	498	398
Não Circulante	1.549	1.031

(i) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em duodécimos.

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O encargo foi criado pela Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e seus recursos são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. O P&D é calculado com base em 1% de sua receita operacional líquida.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Celesc G apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Contingências	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	34	35	-	-
Regulatórias	-	-	-	-
Cíveis	1.176	75	-	-
Tributárias	2	2	-	-
Total	1.212	112	-	-

O depósito judicial mais relevante se refere ao processo nº 5015089-05.2021.8.24.0064 que trata de ação na qual as partes, entre elas a Celesc Geração, buscaram a proteção do imóvel em discussão e a comprovação da regular propriedade do imóvel anterior à ocupação da outra parte. Após a devida análise dos fatos e dos documentos de registro da propriedade as partes entenderam pelo encerramento amigável da ação com a homologação de acordo judicial no valor de R\$800,0 mil. O processo está em fase de finalização.

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Depósitos Judiciais	Provisões p/ Riscos
Saldo em 31.12.2020	353	490
Constituição	41	83
Baixas	(282)	(573)
Saldo em 31.12.2021	112	-
Constituição	1.101	-
Baixas	(1)	-
Saldo em 31.12.2022	1.212	-

A Celesc G é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. Atualmente, os existentes são em sua maioria do tipo recursal.

23.1. Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista, cível e regulatória, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

As contingências passivas trabalhistas estão relacionadas a processos movidos por empregados e ex-empregados de Empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

As contingências passivas cíveis se referem a estão ações de ressarcimento de indenizações, entre outros fatores.

Constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc G discute com agentes setoriais (CCEE) por matérias associadas às medidas liminares acerca do *GSF* em processos onde a Celesc G recorreu na esfera judicial. Com a repactuação do risco hidrológico proposta pela Lei Federal nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, houve a desistência de várias ações dessa natureza. Contudo, foram mantidas as ações e consequentes liminares das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), que não foram contempladas pela contraparte da Lei para repactuação, no valor de R\$16,0 milhões.

A tabela a seguir demonstra a composição e estimativa dos valores de perdas possíveis:

Contingências	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	10	84
Cíveis	61	88
Regulatórias	15.956	15.956
Total	16.027	16.128

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, da Celesc G é de R\$450,0 milhões (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), em 31 de dezembro de 2022, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões, duzentos e oito mil e setecentos e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

24.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Empresa, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

24.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos para o exercício de 2022 estabelece um *payout* de 50%. Para o exercício de 2021, o percentual de distribuição foi de 30%.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do Exercício	113.774	165.808
(-) Constituição de Reserva Legal	(5.689)	(8.290)
(=) Lucro Líquido Ajustado	108.085	157.518
Dividendos Propostos (Payout 30%)	-	47.255
Dividendos Propostos (Payout 50%)	54.043	-
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de IR)	38.724	22.619
Dividendos Mínimos Complementares	-	16.760
Dividendos Adicionais	15.319	7.876

Se forem considerados apenas os dividendos e juros sobre capital próprio aprovados para distribuição na competência do exercício, a situação é a seguinte:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de IR)	38.724	22.619
Dividendos Mínimos Complementares	-	16.760
Dividendos Adicionais do Exercício Anterior	7.876	-
Total dos Dividendos do Exercício	46.600	39.379

24.3.1. Juros sobre Capital Próprio

Em reunião realizada em 15 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Empresa, aprovou a destinação de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$45,6 milhões.

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, cujo pagamento acontecerá em data a ser deliberada na AGO que aprovará o destinação do resultado.

24.4. Ajustes de Avaliação Patrimonial

O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

A realização do custo atribuído em 2022 foi:

Descrição	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	31.12.2022	31.12.2021
				Total	Total
Natureza dos Créditos					
Realização do Custo Atribuído	953	238	86	629	490
Total	953	238	86	629	490

25. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Valor Segurado(i)
Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	147.126
Alagamento e Inundação	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	30.000
Danos Elétricos	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	41.443
Quebra de Máquina	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	41.443
Contenção de Sinistros	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	10.000
Erros e Omissões	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	2.000
Remoção de entulho	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	4.000
Tumulto e Greve	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	30.000
Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023	73.563

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes

26. RECEITAS

26.1. Mercado, Preço da Energia e Receita

A venda da energia elétrica é realizada tanto no Ambiente de Contratação Livre – ACL quanto no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e a comercialização de energia, como acontece em todo Sistema Interligado Nacional – SIN é operacionalizada, contabilizada e regulada por meio da CCEE.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	205.235	283.344
Fornecimento de Energia Elétrica	33.678	28.785
Fornecimento de Energia Elétrica – Não Faturado	698	922
Suprimento de Energia Elétrica	84.555	83.622
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(3.034)	4.738
Energia Elétrica de Curto Prazo	5.525	21.685
Receita Financeira – Bonificação de Outorga	57.705	64.284
Receita Financeira – Indenização Projeto Básico Usina Pery	26.108	79.308
Deduções da Receita Operacional Bruta	(22.213)	(21.581)
PIS	(3.223)	(3.184)
COFINS	(14.846)	(14.668)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(826)	(1.072)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.992)	(1.381)
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	(1.326)	(1.276)
Receita Operacional Líquida – ROL	183.022	261.763

A Receita Operacional Bruta foi menor em 2022. Essa redução é justificada, principalmente, pela indenização do projeto básico da US Pery, via receita anual de geração (RAG), sendo registrado em 2022 o valor de R\$ 26,1 milhões (jan/22 à dez/22) e em 2021 o montante de R\$ 79,3 milhões (período de 07/2018 à 12/2021). Há ainda a redução na energia de curto prazo em virtude do valor do PLD ter sido menor em 2022.

a) Receita Operacional Bruta – ROB

Descrição	Nº de consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Industrial	12	9	120.427	87.567	29.528	19.949
Comercial, Serviços e Outros	1	1	22.723	51.449	4.848	9.758
Total do Fornecimentos	13	10	143.150	139.016	34.376	29.707
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	27.128	13.885	5.525	21.685
Suprimento de Energia	90	63	525.025	507.499	81.521	88.360
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	57.705	64.284
Receita Fin. Ind. Projeto Básico Usina Pery	-	-	-	-	26.108	79.308
Total	103	73	695.303	660.400	205.235	283.344

(i) Informações não auditadas

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição					31.12.2022
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	17.430	-	-	-	17.430
Energia elétrica comprada para revenda CP (a)	3.260	-	-	-	3.260
Pessoal	2.844	508	15.393	-	18.745
Material	856	-	112	-	968
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.213	-	-	-	3.213
Custos e Serviços de Terceiros	6.419	343	3.690	-	10.452
Depreciação e Amortização	3.022	-	344	-	3.366
Seguros	646	-	220	-	866
Provisões Líquidas (b)	-	(827)	-	516	(311)
Tributos	23	64	124	-	211
Aluguéis	-	-	131	(8)	123
Outros	(4)	-	565	(13)	548
Total	37.709	88	20.579	495	58.871

Descrição					31.12.2021
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	17.690	-	-	-	17.690
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	28.110	-	-	-	28.110
Pessoal	2.570	591	13.009	214	16.384
Material	435	-	418	-	853
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.742	-	-	-	2.742
Custos e Serviços de Terceiros	5.715	209	3.315	-	9.239
Depreciação e Amortização	(9.904)	-	365	-	(9.539)
Seguros	213	-	-	-	213
Provisões Líquidas (b)	-	(36.802)	-	(447)	(37.249)
Tributos	(169)	63	88	-	(18)
Aluguéis	-	-	104	(3)	101
Doações e Incentivos Fiscais	-	-	-	276	276
Outros	-	-	2.603	1.725	4.328
Total	47.402	(35.939)	19.902	1.765	33.130

Depreciação: Em 2021, em virtude da indenização do projeto básico da Usina Pery foi realizada a reversão da depreciação (2017-2021), do seu imobilizado, no valor de R\$10,6 milhões.

Amortização: Com a repactuação do risco hidrológico em setembro de 2021, houve o reconhecimento do Ativo Intangível referente ao novo prazo de concessão das UHE's que foram repactuadas. Este Ativo Intangível é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

Reversão de provisão: Por conta da repactuação do risco hidrológico em 2021, houve a reversão da PECLD das Usinas nas quais a Celesc possuía liminar sobre a GSF no valor de R\$48,3 milhões. Em 2022, há apenas as provisões de perdas estimadas das CGHs que não foram contempladas na repactuação.

a) Energia Elétrica Comprada p/ Revenda

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Contratos bilaterais	22.467	19.493
PIS / COFINS	(1.777)	(1.803)
Total	20.690	17.690

b) Provisões, Líquidas

Em 2022 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$516 (Nota 16.3).

Os valores referentes aos ajustes na Celesc G das medidas liminares relacionadas às CGH's, no exercício de 2022, acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, foram no importe de R\$236,0 mil. Ao longo do exercício, foram revertidos R\$1,1 milhão devido ao seu recebimento.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da PECLD é de R\$172,0 mil, referente às CGHs, pelas quais a Celesc G mantém a ação judicial (Nota 2.6).

Descrição	Industrial	Concessionárias e Permissionárias	Total
Saldo em 31.12.2020	6.385	37.801	44.186
Provisão Constituída no Exercício	-	11.552	11.552
Reversão no Exercício (Baixa no Contas a Receber)	-	(48.354)	(48.354)
Saldo em 31.12.2021	6.385	999	7.384
Provisão Constituída no Exercício	-	236	236
Reversão no Exercício (Baixa no Contas a Receber)	-	(1.063)	(1.063)
Saldo em 31.12.2022	6.385	172	6.557

28. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Receitas Financeiras	18.718	6.396
Renda de Aplicação Financeira	9.268	5.342
Juros do Contrato de Mútuo	10.527	1.420
Multas Contratuais	-	11
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	3	-
Outras Receitas Financeiras	(1.080)	(377)
Despesas Financeiras	(9.986)	(8.489)
Juros s/ as Debêntures	(8.884)	(7.867)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(45.557)	(26.611)
Reversão de Juros s/ Capital Próprio – JCP	45.557	26.611
Custos na Emissão de Debêntures	(923)	(558)
Atualização do P&D	(148)	(52)
Outras Despesas Financeiras	(31)	(12)
Resultado Financeiro	8.732	(2.093)

A receita financeira de R\$10,5 milhões é decorrente do reconhecimento dos juros referentes ao contrato de mútuo com a Celesc D. O aumento nas despesas financeiras dos encargos de dívidas. As atualizações são indexadas ao CDI. Em 2022, o CDI acumulado foi de 12,39% enquanto que em 2021 foi de 4,42%.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1. Alteração na Alta Administração

O Conselho de Administração, em reunião nos dias 20 de janeiro e 16 de março de 2023, elegeu os seguintes novos membros para compor esse órgão da Companhia e de suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G:

- Glauco José Côrte (Presidente do Conselho e Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário)
- Marco Aurélio Quadros
- César Souza Júnior
- Romeu Donizete Rufino
- Sílvia Regina da Silva Marafon

Em outra reunião, no dia 9 de fevereiro de 2023, também elegeu para a Companhia e para suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G, os seguintes Diretores:

- Tarcísio Estefano Rosa (Diretor Presidente)
- Júlio César Pungan (Diretor de Finanças e Relações com Investidores)
- Cláudio Varella do Nascimento (Diretor de Distribuição)
- Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior (Diretor de Regulação e Gestão de Energia)
- Ivécio Pedro Felisbino Filho (Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios)

Na mesma reunião, do dia 9 de fevereiro de 2023, foram indicados ao Comitê de Auditoria Estatutário:

- Fabrício Santos Debortoli
- Fábio Fick

29.2. Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva (coisa julgada) favorável ao contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos quando a Suprema Corte decidir que o tributo é devido, sendo que, a partir daquele momento, todos os contribuintes devem passar a recolher.

A Celesc G não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL transitada em julgado.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso IV da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, abaixo se encontra demonstrada a Proposta de Orçamento de Capital da Celesc Geração S.A. para o ano de 2023, aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/76.

Programas	R\$ Mil
Ativos Não-Elétricos	1.621
Usinas Próprias	19.857
Ampliação de Usinas	22.622
Participadas	588
Novos Negócios	68.150
Apropriação da Mão de Obra	1.057
TOTAL	113.895

Origem	R\$ Mil
Recursos Próprios	113.895
TOTAL	113.895

CAPEX – Celesc Geração S.A.

Do montante de R\$113,9 milhões aprovados para 2023, serão investidos R\$68,1 milhões em novos negócios e R\$42,5 milhões na ampliação e melhorias das usinas, R\$1,6 milhão em veículos, tecnologia da informação e equipamentos diversos, além de uma previsão de aporte de capital nas participadas na ordem de R\$600,0 mil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A. – Celesc G, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independente – PwC, opina, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 27 de março de 2023.

Alcides Alves de Andrade Neto
Presidente

Fábio Wagner Pinto

Natan Marcondes Monteiro Osório

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Renan Silva Sobral

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE **Exercício Social 2022**

**Aos Conselheiros de Administração da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., da Celesc Distribuição S.A. e da Celesc Geração S.A.**

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., regido pela Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, além da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484 de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº 13.303/2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às Demonstrações Financeiras.

O CAE esteve composto até 21 de agosto de 2022 pelo Conselheiro de Administração Sr. Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior (Coordenador do Comitê), e pelos Srs. Thiago Sá Fortes Regis, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Antônio Carlos Siegner Laporta, Octávio René Lebarbenchon Neto. Posteriormente, em 22 de agosto de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou por unanimidade a indicação da Sra. Michele Silva Wingham – Membro do Conselho de Administração – (Coordenadora do Comitê) e dos Srs. Flávio Lopes Perfeito, Nivaldo João dos Santos, Manoel José da Cunha Júnior e Carla Renata Baptistão para o mandato 2022-2024.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 31-C, §2º da Resolução CVM nº 23/2021.

2. Resumo das atividades em 2022

No período de janeiro a dezembro de 2022, o CAE da Celesc realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e 1(uma) reunião extraordinária, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditores Internos e Auditores Independentes, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

Neste período foram examinadas e aprovadas as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina, Celesc Distribuição, Celesc Geração e Consolidado referentes ao exercício findo em 31/12/2021, bem como, aprovadas e encaminhadas ao Conselho de Administração, as Informações Trimestrais – ITRs da Companhia e suas subsidiárias do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2022. Na reunião de fevereiro de 2022, o CAE também apreciou a Proposta de Distribuição de Dividendos do exercício de 2021.

Em março de 2022 o Comitê deliberou pela aprovação de integralização de Reserva de Lucro para Aumento de Capital autorizado na Celesc Distribuição.

Durante as reuniões do ano de 2022, foram apresentados os Resultados Gerenciais da Companhia e de suas subsidiárias, demonstrando por meio de indicadores suas projeções e suas realizações acumuladas mensalmente.

O CAE acompanhou, por meio da Auditoria Interna, a execução dos planos de ação elaborados para mitigar as deficiências de controles internos, referentes ao Relatório de Controles Internos da Auditoria Independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. - PwC Brasil, referente aos exercícios de 2020 e 2021.

Acompanhou também as avaliações realizadas pela Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance nos controles internos que impactam as Demonstrações Financeiras, conhecendo os testes de efetividade realizados nos riscos de reporte financeiro, com a apresentação do Risco de Inadimplência, Revisão do Risco Atuarial, Risco de Contratação de Energia da Distribuidora, Risco de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Risco de Resguardo de Ativos, Risco de Regulação do Setor Elétrico, Risco de Investimentos e Revisão simplificada dos riscos mais críticos, bem como, por meio do status dos Planos de Ação para mitigar os Riscos Corporativos.

Quanto à atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos 2022 da Celesc o CAE também acompanhou, encaminhou suas recomendações e por fim aprovou sua versão final.

Em janeiro de 2022, o CAE discutiu e aprovou as atualizações necessárias na Instrução Normativa acerca do Canal de Denúncias.

Recebeu ainda Reporte do Programa de Compliance e Integridade, assim como, do Programa de Proteção de Dados previsto na Lei Geral de Proteção de Dados LGPD.

O Comitê acompanhou, mensalmente os trabalhos realizados pela auditoria interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022, foram ainda apresentados ao longo de 2022: o Relatório de Auditoria Ordinária nos Processos: Elaboração das Demonstrações Financeiras (IFRS), Contas a Pagar – Pagamentos, Compra e Venda de Energia no ambiente Regulado, Segurança da Informação, Plano de Investimentos Previdenciários CELOS, Inadimplência, Aquisições – Licitações. Também foi apresentada a implementação da primeira Auditoria Ordinária contínua robotizada através do Audit Command Language (ACL) no processo Folha de Pagamentos – Rubricas Horas Extras, Periculosidade e Sobreaviso.

Nos programas de Follow-Up foram apresentados ao CAE o acompanhamento dos planos de ação das recomendações da Auditoria Interna nos procedimentos concernentes à celebração de convênio/protocolo de intenções com o Governo do Estado de Santa Catarina, para realização de projetos relacionados à política energética do Estado de Santa Catarina mediante a utilização do crédito presumido de ICMS pela Celesc Distribuição S.A e dos Planos de Ação propostos às recomendações dos Relatórios de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Programa BID.

Foi também apresentado ao CAE o Relatório Final de Auditoria Especial no processo de Fiscalização e pagamento do Adicional de Combate a Perdas Não Técnicas.

Dentro de suas atribuições, aprovou as revisões do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI 2022 e a elaboração do PAAI 2023, o qual visa definir e aprovar os processos que serão auditados no exercício de 2023. De forma geral, por meio de um enfoque orientado a riscos e alinhado com a estratégia da Companhia, o PAAI 2023 visa contribuir para: agregar valor aos negócios da Companhia, melhorar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos e redução de problemas.

Em reunião extraordinária realizada em 27 de outubro de 2022, o CAE esteve reunido para apreciar pauta referente à demanda encaminhada pelo Conselho de Administração no dia 05 de outubro de 2022, conforme ata de reunião, no tocante ao vazamento de assuntos daquele Conselho, na qual os membros do CAE deliberaram pela criação de Comissão Interna, a fim de proceder com a apuração dos fatos, visando instruir sua materialidade e autoria. Na Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2022, o Coordenador da Comissão, Sr. Flávio Lopes Perfeito – Membro do CAE - apresentou os trabalhos realizados pela Comissão a fim de apurar o evento ocorrido. Na oportunidade, foram apresentadas as análises realizadas, as constatações e esclarecimentos, bem como as considerações e recomendações. Por fim o Comitê acolheu por unanimidade as recomendações da Comissão, a fim de que as áreas citadas adotem as medidas sugeridas constantes no relatório final.

Outros assuntos foram pauta das reuniões ordinárias do CAE como: Contratação de Serviço de Consultoria para Implantação de um Processo de Segurança Comportamental na Celesc, Plano de Negócio em Comercialização de Energia, Elaboração de Valuation e Análise Jurídica Participadas, Evoluções na Gestão do Departamento Jurídico e alteração das regras de lançamentos para perdas contábeis de faturas de energia elétrica as quais podem ser conhecidas detalhadamente nas atas do CAE, disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Os atuais membros do Comitê de Auditoria Estatutário da CELESC (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com base na documentação apresentada e encaminhada, levando em consideração as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres dos Comitês não são vinculantes, cabendo aos Acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis/SC, 27 de março de 2023.

Glauco José Côrte
Coordenador

Carla Renata Baptistão

Fábio Fick

Fabrcio Santos Debortoli

Manoel José da Cunha Júnior

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Geração S.A. – Celesc G declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Consoante com o posicionamento dos auditores da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 28 de março de 2023.

Glauco José Côrte
Presidente

César Souza Júnior

Fábio William Loreti

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

José Valério Medeiros Júnior

Luiz Otávio Assis Henriques

Marco Aurélio Quadros

Paulo Guilherme de Simas Horn

Romeu Donizete Rufino

Silvia Regina Marafon

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celesc Geração S.A. – Celesc G declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras e com as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Tarcísio Estefano Rosa

Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ivécio Pedro Felisbino Filho

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Marcos Penna

Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior

Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva

Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães

Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado

Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Celesc Geração S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Celesc Geração S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

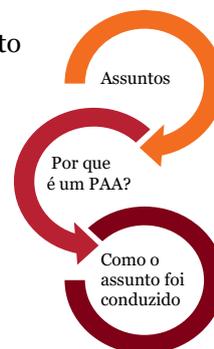
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 4.13 e 16.3)

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos da Companhia incluíam ativos imobilizados no montante de R\$ 126.094 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas no período de projeção, poderia gerar nos valores recuperáveis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização do entendimento sobre alocação dos ativos imobilizados às unidades geradoras de caixa (UGC); (ii) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para apoiar na análise das premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto, projeções das receitas, custos e despesas no período de projeção para determinação dos fluxos de caixa descontados; (iii) avaliação da consistência dos cálculos, comparando-os com o desempenho efetivo e com previsões anteriores; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Celesc Geração S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

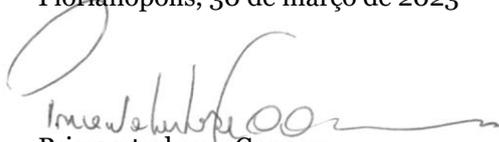
Celesc Geração S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 30 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7